



Universidade de Brasília – UnB

Aimée Natália Pôrto de Almeida

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**IGREJA E EXÉRCITO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DURANTE A
DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Brasília, DF

2013

Aimée Natália Pôrto de Almeida

**IGREJA E EXÉRCITO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DURANTE A
DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – UnB, para a obtenção do grau de licenciado em História.

Dra. Eloisa Pereira Barroso (HIS/CET – UnB)

(Orientadora)

Dra. Cléria Botelho da Costa (PPGHIS – UnB)

Ms. Sabrina Steinke (PPGHIS – UnB)

Aprovada em 17 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha orientadora Professora Eloísa Pereira Barroso, por ter aceito me orientar já no quinto semestre. Ela fez tudo o que pode e mais um pouco para me ajudar a chegar a este resultado final, me emprestando diversos livros e me mostrando o que precisava ser reescrito. Agradeço, principalmente, por ela ter acreditado em mim.

Agradeço enormemente ao meu avô Padre Agostinho Teotonio de Almeida, por ser minha inspiração, e minha motivação para ter ingressado no curso de História, e sem o qual esta pesquisa não teria sido possível. Agradeço a ele pela paciência e pela disposição praticamente infinita em ser entrevistado por mim

Agradeço ainda a toda minha família, em especial a minha mãe, meu pai, meus irmãos, meu namorado e meus amigos pela compreensão nos momentos em que não pude comparecer, e naqueles em que fui rude com eles devido à pressão para entregar este trabalho dentro prazo. Sem vocês eu, definitivamente, não sei o que seria de mim.

Por fim, na tentativa de não esquecer ninguém deixo aqui o meu agradecimento, a todos que de uma forma ou de outra ajudaram na conclusão deste trabalho. Muito obrigada.

RESUMO:

O presente estudo busca entender como eram as relações entre a Igreja e o Exército durante o período ditatorial brasileiro que se estendeu por pouco mais de duas décadas (1964-1985). Para tanto, a pesquisa procurou entrelaçar a história do período com as memórias do Padre Agostinho Teotonio de Almeida, que vivenciou este momento ligado as duas instituições analisadas, de forma a tornar manifesta as ambiguidades e discordâncias presentes não só nas relações entre a Igreja e o Exército, mas dentro das próprias instituições. A metodologia utilizada na pesquisa baseia-se na pesquisa bibliográfica e no uso da história oral, que no estudo em tela revela-se como fonte de conhecimento e consciência histórica do período constituído pela Ditadura Militar no Brasil.

Palavras chaves: Ditadura Militar, História, Memória, Igreja e Exército.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CAPÍTULO I - As relações entre o Exército Brasileiro e a Igreja Católica	8
3. CAPÍTULO II - Visões sobre a Ditadura Militar: Relatos de um Capelão do Exército ...	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

INTRODUÇÃO

O Exército e a Igreja sempre estiveram presentes na política brasileira influenciando direta ou indiretamente as ações do governo. Antes mesmo de o Brasil ser reconhecido como um país independente, essas duas instituições já se constituíram importantes na sua construção, seja territorialmente pelas Forças Armadas, ou ideologicamente através da catequese e das primeiras escolas fundadas pelos padres Jesuítas. Ao longo da história política brasileira estas instituições ora agiam em parceria, ora em oposição.

Nilson Borges e Cláudia Wasserman discutem que as Forças Armadas sempre estiveram a postos para restaurar, ou corrigir aquilo que considerassem “errado” dentro da política brasileira, agindo como uma espécie de poder moderador. Todavia, a atitude tomada no ano de 1964 em nada se assemelhava as anteriores, mas a sociedade (empresários, operários, Igreja) que apoiou o Golpe percebeu isso tarde demais:

“Assim, ao analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas fases: a primeira, antes de 1964 quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar; a segunda, depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade.” (BORGES. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p. 16).

Como o Exército, a Igreja Católica também manteve relações com a política brasileira, mas não agia tão incisivamente. Sua forma de atuar era mais discreta, muitas vezes conversando amigavelmente com os governantes, que também requeriam seu apoio tendo em vista a grande influência que a religião tinha na população brasileira – pois até pouco tempo atrás o catolicismo era a religião oficial do país. Essa instituição se modificou juntamente com os regimes governamentais, ora se distanciando do povo e se aproximando do Estado com o intuito de garantir sua influência e se legitimar no poder, ora se afastando do Estado e se aproximando do povo (DELGADO. PASSOS. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p.98).

Diante do quadro exposto este estudo busca mostrar as inconstâncias das relações entre Igreja e Exército, no que tange ao período demarcado, bem como as transformações ocorridas dentro de cada instituição. Para tanto a análise basear-se-á não só na historiografia, mas também nos relatos do senhor Agostinho Teotônio de Almeida, capelão do Exército, isso por

entender que construção da história parte da compreensão do passado a partir da compreensão do sentido do fazer humano e da inclusão desse mesmo homem como sujeito do processo histórico. Portanto, a escolha deste sujeito deve-se ao fato de que o mesmo tem sua história de vida intrinsecamente ligada a essas duas instituições desde o golpe até os dias de hoje. Enfim, o objeto de estudo desta pesquisa é compreender, a partir dos relatos do Padre Agostinho como se deram as relações entre o Exército e a Igreja, bem como atuação dos mesmos frente aos acontecimentos na política brasileira no período de 1964 a 1985 (Ditadura Militar).

Desde pequeno o senhor Agostinho se encantou com a Igreja e seus rituais. Tornou-se diácono permanente da Igreja Católica Apostólica Romana em 1986 e após ficar viúvo em 1992 e adquirir o diploma de teologia em 1997, foi ordenado padre aos 77 anos. O Exército também esteve presente desde o início de sua trajetória (ingressou na instituição no ano de 1949), lhe proporcionando melhores condições de trabalho e de vida, pois antes disso o Pe. Agostinho trabalhou carregando sacas de café e como ajudante em uma mercearia, em sua cidade natal, Miraf-MG.

Assim sendo, primeiro entenderemos como a interferência do Exército no governo se deu de maneira diferente em 1964, daquelas que já havia feito em anos anteriores, bem como o que motivou essa instituição a agir desse modo. Depois, a análise concentrar-se-á no que motivou Igreja a se posicionar inicialmente favorável a ação militar e depois contrária a perpetuação da Ditadura. Por fim, poderemos perceber que tanto a Igreja, quanto o Exército possuem divergências, não só entre, mas também dentro de si, através das memórias de uma pessoa, que fez e faz parte do Exército e da Igreja, procurando relacionar o indivíduo ao coletivo, e demonstrar o quanto um interfere na construção do outro e conseqüentemente no meio em que habitam.

CAPÍTULO I – As relações entre o Exército Brasileiro e a Igreja Católica

Para iniciarmos este capítulo é necessário sabermos um pouco mais sobre a história do Exército Brasileiro, com o intuito de entendermos melhor sua ação durante o Golpe Civil-Militar de 1964, pois as intervenções militares na política brasileira definitivamente não começaram nesse período. O Exército se fez presente em diversos períodos da história republicana, sobretudo nos momentos em que o seu comando entendia que a ordem e o progresso do país e de seus cidadãos estavam ameaçados, contudo, nenhuma das intervenções anteriores se assemelha à implantação do Regime Militar, tendo em vista que, dessa vez o poder não foi devolvido aos civis – segundo a própria defesa dos militares – para instaurar a Ditadura. Assim, compreender o que mudou dentro dessa instituição e como ela foi se configurando na história do Estado brasileiro é de suma importância para então entender sua motivação em tomar e permanecer no poder por 21 anos.

A primeira tropa que o nosso país teve, segundo Gustavo Barroso em seu livro “História Militar do Brasil”, veio de Portugal composta por seiscentos voluntários e desembarcou com o governador-geral Tomé Souza, na Bahia, no ano de 1549. Contudo, não podemos dizer que esse foi o nosso primeiro exército, tendo em vista que nessa época os homens se automeavam seus capitães sem levar em conta as ordens reais:

“Assim, no século XVI, da divisão do Brasil em capitâneas até as invasões estrangeiras, não se conhecem documentos seguros de nossa vida militar. Os homens desse tempo, como os bandeirantes a que aludia Dom Luiz de Céspedes, alçavam bandeiras e nomeavam eles próprios os seus capitães sem levar em conta ordenanças reais.” (BARROSO, 1938, p. 11).

Com o passar dos anos a importância da colônia brasileira cresceu muito para a economia portuguesa, e com isso surgiu a necessidade de proteger das invasões estrangeiras o território e os bens produzidos na região. Como não havia homens de Portugal em quantidade suficiente, as forças militares começaram a ser compostas com a população do próprio território: brancos, pardos, pretos e índios (BARROSO, 1938, p. 11), e, apesar de ainda não ser um exército com as mesmas características que conhecemos hoje esta é a nossa mais antiga organização militar. Diante do exposto percebe-se que o Exército se configura ao longo da história como uma importante instituição para a formação do país, que sempre alardeou como objetivo de sua existência a preservação do território nacional e a integridade dos moradores. E foi com esse ideal que passou a se fazer presente na política brasileira.

Segundo Cláudia Wasserman, o histórico de intervenções militares na política brasileira é antigo, eles estiveram presentes na Proclamação da República, depois na Primeira República e posteriormente ajudaram na ascensão e na queda do presidente Getúlio Vargas. Percebemos aqui que a população brasileira já convivia desde a instauração da república com as intervenções militares, de modo que elas foram se legitimando pelo hábito: recorria-se a elas quando se considerava que havia desvios do meio político e de resultados eleitorais. Nessa ordem de pensamento as Forças Armadas eram, portanto, reconhecidas como um poder moderador (BORGES. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p. 17). Contudo, o intervencionismo militar de 1964 adquiriu características completamente diferentes das anteriores:

“Assim, com o golpe de 1964, a primeira impressão era de que aquela manobra militar se tratava de mais um episódio na longa história de intervenções das Forças Armadas na política brasileira. No entanto, havia uma ruptura com o passado. A intervenção de 1964 não se constituía, como as demais, numa arbitragem ou num poder transitório que serviria para resolver uma questão política pontual.” (WASSERMAN, 2004, p. 28)

Para Wasserman dois fatores foram importantes para transformar a intervenção das Forças Armadas na política brasileira em 1964. A primeira foi a profissionalização do Exército brasileiro pela missão francesa contratada em 1919 que causou uma profunda transformação no modo de agir e pensar dos militares, pois agora eles entendiam como sua responsabilidade principal defender os interesses nacionais, e para tanto “detinham legalmente o monopólio da aplicação da violência na sociedade” (WASSERMAN, 2004, p. 28). Além disso, o próprio número de interferências militares ao longo da política brasileira deu origem a uma cultura militar em que o destino manifesto era um de seus pilares principais: “Assim, a intervenção dos militares na esfera política aparece como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da nação: a ordem institucional.” (BORGES. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p. 18).

A segunda foi o estreitamento das relações internacionais com os Estados Unidos que com o fim da Segunda Guerra Mundial havia se tornado a nova potência econômica, e enfrentava uma nova batalha, agora contra o socialismo da antiga União Soviética. A chamada Guerra Fria, como ficou conhecida essa batalha travada entre capitalismo (EUA) e socialismo (URSS), atingiu o mundo todo e para vencê-la era preciso garantir por parte das duas potências a predominância do capitalismo ou do socialismo. Neste contexto, os Estados Unidos lançaram em 1961 a chamada “Aliança para o Progresso”, um plano de ajuda econômica para os países da América Latina, considerada central na ótica norte-americana,

esses por sua vez tinham de impedir as investidas socialistas e ainda alertar os norte-americanos, caso algum dos países não conseguissem fazê-lo. Esta operação foi denominada como “Sistema Interamericano Permanente”. Assim o exército brasileiro se modificou por completo assumindo o papel de dirigentes e não mais de árbitros em 1964:

“Até 1964 o aparelho militar brasileiro se posicionou na condição arbitral-tutelar, isto é, com a ameaça ou em meio a uma crise institucional na ordem política para, logo em seguida transferir o poder aos civis. Após o processo intervencionista, já com os civis na direção do Estado, as Forças Armadas abandonavam o papel de árbitros e transformavam-se em forças tutelares, estabelecendo os limites da ação civil. Porém, a partir de 1964, as Forças Armadas intervêm no processo político, sem, contudo transferir o poder aos civis, agindo nesse novo contexto, como atores dirigentes e hegemônicos.” (BORGES. In: FERREIRA.DELGADO, 2009, p. 16).

Antes da instalação do regime militar, contudo, já se tem indícios de uma organização permanente por parte dos militares para tomar o poder. Em 1954 quando Juscelino Kubistchek (popularmente conhecido como JK) foi eleito presidente, tendo como seu vice João Goulart, os dois tiveram muita dificuldade para assumir os respectivos cargos, foi necessária a intervenção do General Lott para que conseguissem finalmente chegar ao gabinete da presidência. Isso porque as propostas desenvolvimentistas de JK incluíam reformas sociais que desagradavam muito as classes conservadoras da sociedade brasileira, ou como chamou Vânia Maria Losada Moreira “classes sociais arcaicas”, que incluíam os latifundiários ligados a economia agrário-exportadora e a classe média tradicional (MOREIRA. In: FERREIRA. DELGADO, 2008, p.162).

Os militares idealizadores do “Golpe Gorado”, segundo denominação de Nelson Werneck Sodré, sofreram com a desunião em seu próprio contingente e não tinham apoio popular. Os conspiradores esperavam conseguir suspender ou mudar a data das eleições marcadas para 3 de outubro de 1954, com um intuito de colocar um candidato que estivesse mais de acordo com suas pretensões, ou encaminhasse o país para um novo Golpe Militar. Contudo, nenhuma de suas pretensões se realizou: os militares não tinham um candidato tão carismático e convincente quanto Juscelino Kubistchek, mas principalmente não contavam com o apoio de um importante oficial, o general Henrique Teixeira Lott não concordou com a “manobra”:

“Para alcançar pleno sucesso na manobra era indispensável unidade militar sólida, à base da repressão. Ora, no curso dos acontecimentos, tal unidade começou a ruir. E o elo principal, o do Exército, rompeu-se, finalmente, quando o general Henrique Teixeira Lott começou a resistir à manobra liberticida. /[...] Nesse desenvolvimento, a função do general Henrique Teixeira Lott, respeitado e obedecido pelo Exército, seria de suma importância. Ao opor-se frontalmente à quebra do regime, Lott estava

prestando ao país o serviço de que ele mais necessitava. E passava a ser encarado, do outro lado, como traidor.” (SODRÉ, 1979, p.361-364)

Importante lembrarmos ainda que as consequências da política implantada por Kubitschek foram graves e refletiram consideravelmente nos governos seguintes de Jânio Quadros e João Goulart. Além da dívida externa ter aumentado e o país não dispor de uma reserva para pelo menos começar a pagá-la (MOREIRA. In: FERREIRA. DELGADO, 2008, p.171), a miséria imperava, principalmente, entre os moradores do campo, apesar dos grandes latifundiários e o setor agropecuário terem se beneficiado muito com a construção de Brasília. Mesmo assim, grande parte da população apoiava Juscelino, acreditava na sua política desenvolvimentista. Assim, mesmo não tendo cumprido parte das promessas, o governo de JK representou um marco no desenvolvimento econômico/industrial do país, não só para a história, mas principalmente para as pessoas que viveram essas transformações, e provavelmente acreditavam ter visto o maior progresso que o país poderia alcançar.

Na década de 1960, com um novo cenário político delineado, as forças armadas tentaram mais uma vez assumir o comando do país ao tentar impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse o cargo vago de presidente após a renúncia de Jânio Quadros. Contudo, devido a uma grande mobilização popular em nome da legalidade (WASSERMAN, 2004, p. 28), a tomada do poder teve de ser mais uma vez adiada. Mas com o passar do tempo a permanência de João Goulart na presidência se tornou insustentável, pois inúmeros movimentos sociais começaram a eclodir por todo o país, de modo que diversas disputas começaram a ocorrer entre a elite conservadora e a população mais humilde – uma reivindicando a permanência de benefícios e a outra melhores condições de vida (estudantes, trabalhadores rurais, operários, soldados, pequenos partidos, esquerdistas, todos queriam seu espaço na sociedade brasileira). Esses diversos movimentos sociais colocavam em risco os propósitos da Doutrina de Segurança Nacional¹ estabelecida pelo Exército, que por sua vez estava influenciado pelos Estados Unidos e pretendia intensificar os investimentos deste para desenvolver o país, assim todas as formas de manifestação passaram a ser consideradas como as novas “armas” do comunismo internacional:

¹ A Doutrina de Segurança Nacional originou-se nos Estados Unidos, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, por isso foi profundamente influenciada pela bipolarização do mundo (capitalistas X socialistas). Assim sendo, segundo Nilson Borges: “Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais.” (BORGES. In: FERREIRA.DELGADO, 2009, p. 24).

“A Doutrina de Segurança Nacional, comprometida com a expansão do capitalismo, atrelado aos interesses norte-americanos, e também comprometida com a retirada dos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento, considerava a necessidade de conter o avanço das forças sociais que representavam os ‘inimigos’ numa guerra. [...] o comunismo estaria por trás de todos os fenômenos revolucionários do Terceiro Mundo, não sendo, portanto, necessário fazer distinção entre guerra revolucionária e guerra de libertação nacional [...]” (WASSERMAN, 2004, p. 32).

João Goulart ou Jango, como ficou conhecido o presidente, tinha, portanto, a difícil tarefa de “agradar gregos e troianos”, algo que certamente não conseguiu. As elites foram em sua grande maioria influenciadas pelos princípios anticomunistas vindos dos Estados Unidos e além de não suportarem a maior atuação/participação das classes populares na política, não acreditavam que o presidente fosse capaz de manter seus privilégios e seu enriquecimento (WASSERMAN, 2004, p.37). E quanto a atuação das esquerdas, esta não poupou o presidente de duras críticas, haja vista o mesmo não ter cedido a clamor da radicalização.

Contudo, segundo o livro *Por que Resisti à Prisão* de Carlos Marighella, um dos líderes mais importantes da esquerda brasileira desde a ditadura de Getúlio Vargas, as características de exclusão e restrição presentes na democracia brasileira de qualquer maneira impediriam o então presidente João Goulart de cumprir com suas propostas de governo:

“Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º de abril ou se conformam com ela. [...] Antes tínhamos a chamada democracia representativa. Nela, a inflação prosseguia em sua marcha acelerada. Os trustes norte-americanos mandavam. O latifúndio predominava. Milhões de homens do povo não podiam votar. Analfabetos e praças não tinham o direito de voto. Os comunistas não podiam ser eleitos, ainda que pudessem votar. Era uma democracia racionada. E racionada por isto. Porque os direitos individuais pelo menos eram respeitados, mas as restrições à participação do povo nessa democracia eram flagrantes. E injustas. Tal democracia, pela sua própria estrutura, constituía por si mesma um empecilho à realização das reformas sociais – as chamadas reformas de base. E por mais que oferecessem oportunidades – amparando os direitos individuais – sentia-se emperrada. E não podia avançar pacificamente. Como de fato não avançou; e acabou golpeada. As forças de direita e o fascismo militar brasileiro deram-lhe o tiro da misericórdia.” (MARIGUELLA, 1994, p. 98)

Além disso, mesmo com os esforços de Jango a democracia no país estava ameaçada politicamente tanto pela esquerda (preocupada com as reformas de base que deveriam ser feitas a qualquer preço), quanto pela direita (disposta a romper com tudo aquilo que pudesse ameaçar seus interesses), pois segundo Argelina Figueiredo: “ambos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências.” (FIGUEIREDO, 1993, p.202).

No Brasil muitos grupos de esquerda foram importantes na resistência contra a repressão, entre eles o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se constitui como um importante aliado no início do governo de João Goulart, pois participava ativamente da vida política do

país. E corroborando Figueiredo vemos que o PCB pretendia implementar o socialismo no país, pensando inicialmente em uma maneira pacífica de fazer a transição:

“[...] a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo, bem como a defender, no Brasil, um governo que, unindo operários, camponeses e burguesia nacional, patrocinasse uma política nacionalista e reformista, sobretudo no tocante a reforma agrária.” (FERREIRA. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p. 352).

Outro importante grupo de resistência à ditadura foi a União Nacional dos Estudantes (UNE), que mesmo sendo colocada na ilegalidade continuou promovendo encontros entre estudantes para discutir a respeito do regime instaurado e que atitudes deveriam ser tomadas dali para frente. Em 1968 organizaram a chamada passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, que mobilizou não só estudantes, mas também artistas. A marcha é um marco na tentativa de se construir modos de resistir coletivamente à ditadura (História da UNE. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>).

Quando a Ditadura Militar foi instaurada o PCB também se constituiu como um dos fortes representantes da resistência pacífica no país. O partido continuava a defender uma mudança gradual da democracia para o socialismo, algo que líderes de outros grupos da esquerda, como Carlos Mariguella, discordavam completamente, para eles o único caminho possível para levar o país ao socialismo era através força, da revolução e conseqüentemente da luta armada (AGNELO, 2011, p.17). Nesse período diversos grupos de esquerda armada² surgiram no Brasil, quais sejam:

- Aliança Libertadora Nacional (ALN): liderada por Carlos Mariguella: Juntamente com o Movimento Revolucionário de 8 de outubro (MR8) sequestraram o embaixador norte-americano e usaram-no para libertar presos políticos. Essa foi a ação de maior impacto realizada pela esquerda armada impondo a Ditadura assumir a existência das prisões políticas e das torturas, algo que até então era veementemente negado pelos militares, ao mesmo tempo significou um aumento da repressão militar para com as esquerdas em todo o país (ROLLEMBERG, 2006, p.10);
- Vanguarda Popular Revolucionária (VPR): liderada por Carlos Lamarca ex-capitão do Exército, o grupo se inspirou nas ações do MR8 e sequestrou outros três embaixadores, na intenção de libertar presos políticos;

² Segundo Victor Agnelo não é possível falar de *luta armada* no Brasil, porque na verdade pouco se lutou: “com a repressão no encalço de militantes em fuga, sem apoio popular, delatados por moradores locais, com uma estrutura precária e inadequada, feridos e famintos, muitas vezes” (GASPARI. In: AGNELO, 2011, p.8), ficou difícil retirar os militares do poder para promover a tão sonhada revolução proletária.

- Movimento Nacional Revolucionário (MRN): liderado por Leonel Brizola, assim como todos os outros grupos da esquerda brasileira também não obteve apoio popular;
- Ação Popular (AP): muitos eram ex-integrantes da Ação Católica que passaram a ver na luta armada o caminho para acabar com algumas das ações adotadas pelos militares, também se aproximaram muito da ideologia comunista aliando-se ao PCdoB;
- Partido Comunista do Brasil (PCdoB): integrou a guerrilha do Araguaia única resistência rural, que apesar de resistir por algum tempo também saiu perdedora no confronto com os militares que estavam melhor armados, organizados e tinham um contingente significativo (AGNELO, 2011, p.8).

Assim, desde que Jango colocou os pés no gabinete da presidência as elites começaram a inundar os meios de comunicação com propagandas, panfletos, filmes/documentários, peças teatrais e até mesmo promoveu palestras pelo país com o intuito de direcionar a opinião pública contra o governo, através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES): um dos objetivos do Instituto era desenvolver uma extensa rede de influências, manipulando a opinião pública integrando diferentes facções (Forças Armadas, classe empresarial, sindicatos, Igreja e até mesmo a classe operária) numa ampla frente de ação (GONÇALVES, 2010, p. 14).

E depois do Comício organizado por João Goulart na Central do Brasil, no Rio de Janeiro em 13 de Março de 1964, a sua imagem perante a sociedade só piorou. Nesta grande manifestação o presidente convocou a população para informar que a solução adotada por ele para os problemas econômicos e sociais estaria ligada a: reforma agrária (consequentemente desapropriação de grandes latifundiários), nacionalização de empresas estrangeiras, mais direitos aos trabalhadores e sindicatos, entre outras medidas. Também criticou a “mistificação do comunismo” feita pelas elites, e ainda ameaçou acabar com seus privilégios:

“Àqueles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranqüila para a Nação, àqueles que em todo o Brasil nos ouvem nesta oportunidade, o que eu posso dizer é que só conquistaremos a paz social através da justiça social. Perdem seu tempo, também, os que temem que o governo passe a empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais, como perdem também seu tempo os que esperam deste governo uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos ou contra as suas reivindicações.” (DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO GOULART NO COMÍCIO DA CENTRAL DE 13 DE MARÇO DE 1964. In: SILVA, 1975.)

Como consequência à insatisfação popular, ao medo do comunismo e também em resposta ao Comício, foi organizada a chamada “Marcha da Família com Deus pela

Liberdade” em São Paulo, com a colaboração da Igreja Católica e incentivada pelos conspiradores militares. Nesse momento, contudo, é preciso falar que a Igreja Católica representou uma peça chave na formação da opinião pública e por consequência na concretização do Golpe Civil-Militar³, segundo Marcio Moreira Alves a maior parte dos clérigos da Igreja Católica apoiou o golpe tanto por questões políticas, quanto por questões econômicas:

“Um caso exemplar da ação de um grupo de pressão católica sobre a superestrutura política do Brasil foi a utilização da “Cruzada pelo Rosário em Família” para preparar as “marchas com Deus, pela família e pela democracia”, que faziam parte de um plano de conjunto dos que fomentavam o golpe de Estado contra o Presidente João Goulart. [...] Em fins de 1963, a maior parte da Hierarquia parecia convencida de que a agitação pelas reformas sociais orquestrada pelo governo Goulart, abriria a porta do país ao comunismo. Esta posição política, conforme ao passado conservador da Igreja, era reforçada pela irritação que os bispos sentiam contra os católicos de esquerda, que contestavam a sua autoridade no interior da instituição. Contudo, esta maioria do episcopado não desejava manifestar-se muito abertamente. Financeiramente, a Igreja era demasiado dependente do Estado para se atrever a um conflito público.” (ALVES, 1979, p. 111.)

Vemos, portanto, que durante a instauração da Ditadura Militar Igreja e Exército apoiaram um ao outro, tanto para controlar seus próprios contingentes – já que apesar de tentarem alcançar a homogeneidade seus membros não pensavam exatamente da mesma forma –, quanto para salvaguardar a sociedade da ameaça comunista. Com a Igreja Católica apoiando o golpe a sociedade brasileira passou a acreditar que as reformas propostas pelo presidente eram de cunho socialista, diante desse quadro a maior parte da população, que não era contrária as reformas propostas por Jango, passaram a ser contrários ao governo por acreditarem que essas reformas eram de cunho socialistas (WASSERMAN, 2004, p.38).

É preciso dizer ainda que essas duas instituições estiveram juntas em vários momentos da história e não só durante a Ditadura Militar, pois além de compartilharem do mesmo ideal para a sociedade, a favor da ordem e da segurança nacional, Igreja e Forças Armadas sempre mantiveram relações estreitas com a elite política. Por muito tempo, estas instituições ficaram ancoradas em torno da elite, das oligarquias conservadoras e dos proprietários rurais (DELGADO e PASSOS. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p.98):

“A maioria dos bispos intuitivamente apoiou o golpe como medida anticomunista. Porém, enquanto a polarização levava à violência os militares aprofundavam o controle sobre o país, a Igreja realizou uma revolução religiosa na qual enfatizava a

³ Trataremos o Golpe como sendo civil-militar tendo em vista que a antiga nomenclatura “Golpe Militar” surgiu para contrapor o título de “Revolução” dado pelos militares, que segundo Cláudia Wasserman não englobava os diversos setores da sociedade que foram fundamentais para concretizar a ação dos militares: “Eles tiveram apoio decisivo de importantes segmentos da sociedade brasileira, preocupada com a possibilidade de que o governo Goulart cedesse à esquerda e ao comunismo internacional.” (WASSERMAN, 2004, p.40).

justiça social e assimilava os esforços de uma nova geração de radicais católicos. A militância cristã e o Estado da segurança nacional colidiram.” (SERBIN, 2001, p. 86).

Nos anos anteriores a instalação do regime militar a Igreja Católica passou por profundas transformações através das ações do Papa João XXIII (1958-1963) que colocou em foco a justiça social nos trabalhos da Igreja. As reformas implantadas por ele com o Concílio Vaticano II (1962-65), permitiram à Igreja abrir maiores espaços para a Ação Católica⁴ em todo o mundo e conseqüentemente para sacerdotes e leigos preocupados com os problemas sociais presentes nas sociedades em que trabalhavam (MORAES, 2004, p. 2). Dessa forma a Igreja começava a se afastar um pouco mais das elites para se aproximar do povo, algo recorrente em sua história e que a ajudava a garantir sua influência e legitimidade no poder (DELGADO. PASSOS. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p. 98). Em 1964 a Igreja já havia escolhido um novo líder, o Papa Paulo IV (1963-1978) que tentou encontrar um caminho do meio equilibrando o reformismo iniciado no pontificado anterior com algumas ações mais conservadoras.

A Igreja no Brasil também foi atingida pelas transformações que se passavam no campo internacional, dando origem a duas vertentes dentro da instituição, uma mais conservadora, e outra reformista preocupada com as condições sociais da população. Desde 1960 a instituição estava dividida ideologicamente com Dom Hélder Câmara à esquerda (reformista) e Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Vicente Scherer à direita (conservadora) (SOUSA, 2006, p. 51). Entretanto, em 1964 o país estava prestes a ingressar em um dos períodos de maior repressão de sua história e com isso a parte conservadora da Igreja acabou ganhando mais força tanto dentro da instituição, devido a preocupação do clero com a influência da esquerda no seu próprio contingente, quanto fora dela, sendo fortemente apoiada pelos militares que viam nesse momento qualquer projeto de melhoria social como uma arma para implantar o comunismo no país:

“No Brasil, às portas do golpe militar de 31 de março de 1964, percebemos uma retomada de forças da Igreja conservadora tanto ao notar o acontecimento das

⁴ A Ação Católica, apesar de ter como data oficial 23 de Dezembro de 1922, durante o papado de Pio XI, possui uma história bem anterior. Em 1867 foi realizado um pequeno congresso na Itália reunindo vários membros de círculos da juventude católica espalhados pelo país, nele Giovanni Acquaderni e Mario Fani se conheceram e resolveram fundar uma organização para juventude católica com base nos princípios da oração, ação e sacrifício, em 1868 eles tiveram o reconhecimento do Papa Pio XI (SOUSA, 2006, p. 45). Para Giovanni Acquaderni a associação formada através da Ação Católica deveria congregiar os jovens para que fossem uma “presença ativa e participativa na sociedade e sem medo de professar publicamente a sua fé.” (FAVALE. In: SOUSA, 2006, p.45-46), à partir daí começaram a surgir os diversos movimentos católicos organizados por jovens no mundo inteiro.

grandes Marchas pela Família com Deus pela Liberdade deflagradas em diversos estados do país antes e depois do golpe, mas também pelo renovado fôlego de leigos e sacerdotes que condenavam a ação da Igreja progressista e que declaravam o grande perigo de desordem social e política que a nação corria por estar sob a presidência de João Goulart e sob a influência dos comunistas. Neste cenário de mudanças, no Brasil sacerdotes que exerciam lideranças na Igreja foram removidos para lugares onde suas vozes seriam abafadas com maior facilidade: D. Hélder Câmara deixou o cargo de Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispo do Brasil (CNBB) para assumir a diocese de Olinda e Recife e D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta foi afastado da arquidiocese de São Paulo e transferido para a diocese de Aparecida (SP). Os cargos destes sacerdotes passaram a pertencer a sujeitos reconhecidamente conservadores.” (MORAES, 2004, p. 2).

Mas, apesar da forte repressão durante regime, tanto o conservadorismo, quanto o reformismo cresceram dentro e fora da Igreja nos anos anteriores e no período inicial da Ditadura Militar, pois existiam pessoas que não eram contrárias ao governo de João Goulart, principalmente porque acreditavam que suas reformas poderiam realmente começar a solucionar os diversos problemas sociais brasileiros. A Igreja, por exemplo, tinha clérigos que estavam mais próximos do povo e, portanto, se identificaram com as lutas populares, mas também tinha aqueles que estavam mais próximos das elites conservadoras sendo completamente contrários a qualquer transformação social:

“De um lado reuniam-se, em uma ampla frente que lutava por transformações, os movimentos populares, os sindicatos, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas, os militares nacionalistas, as frentes parlamentares reformistas, os socialistas, os comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas. As posições desses grupos, de modo geral, coincidiam com a ideia de se proceder a uma ampla reforma econômica e social no Brasil. / [...] Em outra posição diametralmente oposta, situavam-se diversos setores da sociedade brasileira que, através de uma postura ao mesmo tempo modernizante e conservadora, apostavam em um programa de desenvolvimento econômico arrojado, internacionalizado, [...]. Nele se agregaram militares vinculados à Escola Superior de Guerra, proprietários rurais, setores do empresariado nacional, parlamentares ligados, principalmente, à UDN, investidores internacionais, segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica” (DELGADO. PASSOS. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p. 103-104).

Nesse período conturbado da história surge Dom Hélder Pessoa Câmara, uma das mais importantes figuras de oposição à Ditadura Militar brasileira pertencentes a Igreja Católica. Nascido em 7 de fevereiro de 1909 em Fortaleza – CE, foi o primeiro padre da família de onze irmãos (ROCHA, 2009, p. 111). Ordenado padre aos 21 anos sua história se relaciona com a história política e social do Brasil desde o governo Getúlio Vargas, mas suas propostas por uma Igreja mais preocupada com os pobres e com a defesa dos Direitos Humanos repercutiram em toda a América Latina. Dom Hélder Câmara foi indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz, e mesmo sendo impedido de receber o prêmio pelo regime militar, que via nele o comunismo se manifestando, e suas atitudes não contribuírem para seu

relacionamento dentro da Igreja, nunca deixou de agir de acordo com seus princípios e em defesa dos menos favorecidos:

“[...]Ele que foi, ao mesmo tempo, um religioso, um poeta, um profeta, que construiu ao longo da história do século XX um modelo e uma pedagogia da esperança para os excluídos sociais. Este homem tornou-se, com sua luta, a voz dos que não têm voz no Brasil e na América Latina; um nome de referência mundial quando se trata dos direitos humanos. Sua vida religiosa, desde sua ordenação em 1922, em Fortaleza, até o final do seu bispado, em 1985, como Arcebispo de Olinda e Recife, foi caracterizada pelo aspecto polêmico de sua postura política e religiosa, diante da realidade de cada época. Na década de 30, foi integralista, nas décadas de 40 e 50 o chamavam populista e nas décadas de 60 a 80 foi identificado como comunista.” (CONDINI, 2004, p. 12-13).

As ações de Dom Hélder contribuíram imensamente para a renovação da Igreja no Brasil, influenciadas pelas reformas de cunho internacional promovidas pelos papas João XXIII e Paulo IV (mencionadas anteriormente). Na década de 1940 ainda Padre ele tornou a Ação Católica mais ativa na política brasileira priorizando os movimentos organizados pelos jovens (Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica), pois com o avanço comunista na área rural e o crescimento dos protestantes no país a Igreja poderia estar ameaçada (PRAXEDES, 2009, p. 1). Assim:

“Dom Helder contribuiu de maneira decisiva para a renovação da Igreja no Brasil e influenciou também a vida da Igreja na América Latina: organizou a educação católica, dinamizou a Ação Católica brasileira, idealizou e organizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e teve participação ativa na fundação do Conselho Episcopal Latino americano (CELAM).” (LIRYO, 2009, p. 115.)

A CELAM que foi realizada em Medellín, na Colômbia em 1968, representou a adaptação das reformas da Igreja propostas no Concílio Vaticano II pelo Papa João XXIII, contou com a participação ativa de Dom Hélder que trouxe muitas ideias para o Brasil. Muitas delas foram aplicadas na CNBB que foi presidida por ele durante os primeiros anos do período militar, sendo depois retirado do cargo pela ala mais conservadora da Igreja e transferido para Pernambuco, onde foi bispo em Olinda e Recife até o final de seu bispado, justamente por causa de suas ideias reformistas e sua simpatia com a causa social.

Por sua vez a Ação Católica Brasileira (ACB) oficialmente criada em 1935 nasceu se baseando nos princípios iniciais desse movimento endossado pelo Papa Pio XI, também conhecido como o “papa da ação católica” e o “papa das missões” que idealizava uma associação de católicos surgida à partir de seu ambiente que participariam ativamente na missão apostólica da Igreja (SOUSA, 2006, p. 41). A ACB agia no Brasil através de três organismos dois já citados anteriormente e o terceiro era a Juventude Estudantil Católica (JEC), todos tinham como objetivo inicial defender os valores e princípios cristãos por parte

dos leigos católicos no campo da atuação política, algo defendido também por Dom Hélder seu reformador:

“Os primeiros anos da ACB foram marcados por uma ação formativa muito acentuada: uma verdadeira catequese especializada. / Em 1945, com o fim da ditadura Vargas, a Ação Católica Brasileira tornou-se importante instrumento para a participação dos leigos na vida democrática e no exercício pleno da cidadania. / A Ação Católica teve o mérito de levar a doutrina social da Igreja às escolas, às universidades, às fábricas, aos meios de comunicação, aos sindicatos e estimulando a criação de inúmeros outros movimentos sociais de inspiração cristã.” (SOUSA, 2006, p. 49).

É importante esclarecermos ainda que apesar de se preocupar com as condições de vida das classes mais baixas da população e propor inúmeras soluções para os problemas por elas enfrentados, Dom Hélder não professava em seus discursos uma perspectiva comunista, ele entendia que a Igreja não deveria se preocupar exclusivamente com a salvação da alma dos fiéis (PRAXEDES, 2009, p. 1), sendo de extrema importância ter objetivos claros e bem definidos para promover as ações sociais tão estimadas pelos fiéis:

“Antes da ação da Igreja na promoção da mudança social, houve a elaboração, por um grupo de bispos, de uma ideologia que justificava e urgia tal atividade. A formulação dessa ideologia resultou de um trabalho consciente de Dom Hélder, a força propulsora que anima o setor progressista da Igreja. Ele estava consciente de que qualquer instituição, incluindo a Igreja, deve ter líderes que esbocem as linhas mestras e estabeleçam objetivos. Era ele um desses líderes, cercado de um grupo de uns dez outros bispos, duas ou três vintenas de padres, e mais ou menos o mesmo número de leigos jovens e ativos.” (BRUNEAU, 1974, p. 147).

Outras importantes fontes de oposição à Ditadura Militar dentro da Igreja Católica foram os Dominicanos e posteriormente a Teologia da Libertação. Os dois movimentos já demonstravam uma forte ligação com os movimentos sociais, e aos poucos passaram a representar as vertentes da Igreja que se ligaram à ideologia comunista. Contudo, após a promulgação do Ato Institucional nº 5 até mesmo as alas mais conservadoras da Igreja Católica começaram a se posicionar contra o regime, rompendo com o Exército. Portanto, mesmo quando a Igreja se opôs a Ditadura Militar, principalmente por causa da adoção de práticas violentas que eliminavam completamente os direitos humanos dos brasileiros, não o fez de forma homogênea.

A Ordem dos Pregadores mais conhecida como Dominicanos⁵, foi uma das primeiras a ser atingida pela repressão que se instalou juntamente com o Golpe Civil-Militar, pois além

⁵ A Ordem dos Pregadores, popularmente conhecida como Dominicanos, surgiu em 1916 com São Domingos Gusmão e tinha como principal função pregar o evangelho pelo mundo inteiro, como o próprio nome diz. No Brasil a ordem religiosa chegou em 1881 e fundou seu primeiro convento em Uberaba-MG, apesar das negociações para a vinda dos dominicanos ao país terem começado em 1877. Aqui também pregavam o

dessa ordem estar muito comprometida com o trabalho social ela se preocupa em tornar manifestas as reivindicações feitas pelas classes mais baixas da população. Os militares que já vinham investigando (pouco antes da implantação da Ditadura) qualquer grupo ou pessoa que pudesse ter ligação com os comunistas ou com a sua ideologia, descobriram que os Dominicanos, não só simpatizavam com a ideologia, como também esconderam em seus conventos pessoas que eram perseguidas pelo regime.

Essa aproximação entre os Dominicanos e a ideologia marxista fica mais clara no livro de memórias de Frei Betto intitulado “Batismo de Sangue”, do qual também foi feito um filme de mesmo nome. Nele Frei Betto demonstra o grande impacto que a morte de Carlos Mariguella – um dos maiores líderes da esquerda brasileira desde a Era Vargas – teve na ordem, principalmente porque em seu discurso Mariguella dizia que a guerrilha serviria para “defender a causa dos pobres, dos humilhados e ofendidos, dos homens e mulheres de pés descalços”, (BETTO, 2006, p. 38), enfim, as mesmas pessoas que os freis também queriam proteger.

Por fim é importante dizer que os Dominicanos foram importantes na resistência contra os crimes cometidos pela Ditadura Militar, mas não agiam diretamente contra os militares. Os freis atuavam de maneira indireta: dando abrigo e colocando seus mosteiros a disposição para muitos perseguidos/procurados pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) se esconderem. Quando a ligação dos Dominicanos com Carlos Marighella foi descoberta – através de uma operação comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury – dois freis foram presos e torturados, com o intuito de descobrir o paradeiro de Marighella:

“Após sofrerem com a tortura, os freis revelaram aos oficiais do DOPS o local e o horário em que Marighella poderia ser encontrado, informações que permitiram ao delegado Fleury elaborar uma emboscada e assassinar o revolucionário. Os dominicanos foram levados a público e apresentados à imprensa como colaboradores da morte do líder guerrilheiro. Essa exposição desmoralizou os religiosos junto aos movimentos de esquerda que, por algum tempo, passaram a considerá-los como traidores. / [...] Mesmo com a prisão dos dominicanos e de toda a repercussão do acontecimento, o episcopado brasileiro não se envolveu e também não procurou tomar conhecimento do que estava acontecendo. “O ativismo dos religiosos brasileiros não irritou somente o regime, mas também os membros dos setores mais tradicionais da Igreja”, que não queriam se opor ao governo porque buscavam recuperar o espaço político que tinham perdido durante a vigência dos governos populistas (MOURA, 1981, p. 45).” (JUNGES, 2011, p.25).

Esta citação nos leva ainda a refletir sobre a atuação da Igreja frente as atuações dos militares durante o regime. Os conservadores somente passaram a reagir contra as atrocidades

evangelho, mas suas ações tinham uma dimensão comunitária, se preocupando com as populações mais pobres das regiões em que se fixaram (SANTOS, 1996, p. 29-34).

cometidas pelo regime quando o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi decretado, pois nesse momento, finalmente ficou claro que Igreja e Exército não poderiam mais estar do mesmo lado. O AI-5 consumou a ruptura entre essas duas instituições durante o período da Ditadura Militar, levando também a tortura e aos terríveis crimes contra a vida membros da própria Igreja (padres, freiras, freis). Serbin tem uma passagem em seu livro “Diálogos na sombra”, que mostra justamente essa quebra de confiança e de apoio entre as duas instituições através de uma carta de dom Eugênio enviado ao seu amigo de longa data o general Muricy:

“Ando profundamente preocupado com os rumos do País. Antes do último Ato e depois dele.

1. No referente às relações Igreja e Governo, vejo tudo escuro. [...]

3. O último Ato afeta a ordem jurídica e isso me preocupa vivamente. Um homem a depender da vontade do outro sem ter a quem apelar é grave. Se as pessoas fossem como você poderia estar momentaneamente tranquilo. A realidade, entretanto, é outra e não há um prazo para o retorno à normalidade. Como sair dessa situação? Não vejo. Muricy, não deixe tocar no Supremo Tribunal Federal.” (Carta de Dom Eugênio para o general Muricy. In: SERBIN, 1959. P. 161)

Em resposta a carta de dom Eugênio, o general Muricy escreveu que o Exército não teve escolha, pois a população estava cada vez mais sendo influenciada por ideias subversivas que vinham de todos os lados inclusive do clero e, apesar dessas duas instituições serem os “pilares desse regime” ele as via seguindo para direções cada vez mais opostas:

“[...] Tenho passado todos esses dias, desde de 12 de dezembro, a fazer um profundo exame de consciência. Estou convencido cada vez mais do acerto da medida. O remédio é amargo, mas era necessário.

Não anima o Governo outro propósito que o de construir.

Por outro lado a questão com os católicos e o clero de esquerda nos preocupava e preocupa tremendamente.

A Igreja e as Forças Armadas são os pilares básicos em que se assenta a Democracia no Brasil. As tentativas de envolvê-las em choque vêm de longe e já conversamos a respeito. [...]” (Resposta do General Muricy a carta de Dom Eugênio. In: SERBIN, 1959. P. 165)

Outra importante vertente da Igreja Católica que lutou contra os abusos dos militares durante o regime foi a Teologia da Libertação, que nasceu influenciada pelas disposições da Conferência de Medellín, como nos conta Rodrigo Augusto Leão Camilo em seu artigo “A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade”:

“Foi nesse contexto do aumento do envolvimento da Igreja Católica com a realidade de seus fiéis, no processo de *agionamento* em relação ao secular, com o agravamento das questões sociais na América Latina e o surgimento dos opressivos regimes militares na América Latina que se organizou dentro da Igreja Católica o movimento da Teologia da Libertação. O envolvimento pastoral com a questão

social já vinha se organizando em boa parte do mundo católico mesmo dentro da doutrina social da Igreja, mas em 1968 durante a Conferência de Medellín (II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano) esse envolvimento ficou mais sistematizado com uma diretriz básica: a opção preferencial pelos pobres.” (CAMILO, 2011, p. 2).

A Teologia da Libertação, portanto, esteve inicialmente integrada a instituição Católica, entretanto, com o desenvolvimento de seus ideais e a aproximação com a ideologia marxista o rompimento com a Igreja tornou-se inevitável e a relação com o Exército insustentável, tendo em vista a longa luta que essas instituições já travavam contra o comunismo (CAMILO, 2011, p.3). Além disso, a Teologia da Libertação propunha não só mudanças ideológicas, como uma nova leitura da Bíblia, mas mudanças na vida material dos fiéis, defendendo que religião e a política deveriam andar lado a lado para garantirem o bem estar da nação:

“Reforma agrária, construção da “terra nova” – todas essas características organizaram uma “religião politizada” e engajada aos olhos dos pesquisadores, atuante na sociedade como um todo. Além dessa forma direta de participação, a Igreja também se preocupava com uma atuação indireta, visando, por exemplo, a educação política de seus membros. Conscientizados de maneira correta, saberiam escolher seus governantes e fazer com que eles também aderissem à causa libertadora de Cristo. [...] A verdadeira fé cristã, aos olhos da Teologia da Libertação, deveria perseverar nesse embricamento, lutando contra a opressão e a favor da justiça social. Caso isso não ocorresse, caso o cristão reduzisse sua fé a orações e rituais, ele não seria um verdadeiro cristão e não praticaria a verdadeira fé, como escreveu o teólogo Leonardo Boff (Boff, 1980).” (SOUZA In: BELLOTTI e VALÉRIO, 2007, p. 3-5)

Leonardo Boff foi o principal teólogo dessa doutrina no Brasil, produziu inúmeros livros sobre o assunto e se tornou referência também fora do país. Boff pertenceu a Ordem dos Franciscanos e foi padre da Igreja Católica, sendo militante da Ação Católica ao lado de Dom Hélder Câmara (SILVA, 2007, p.43). Contudo, à medida que seus livros iam sendo publicados, com críticas cada vez mais profundas as ações da Igreja, sua relação com a instituição também se tornava mais difícil. Em 1984 foi convocado para uma audiência no Vaticano que definiria sua vida dentro da Igreja dali para frente. Um ano depois saiu sua sentença, “condenado a um ano de silêncio obsequioso e deposto de todas as suas funções editoriais e de magistério no campo religioso” (SILVA, 2007, p.58). Silva nos conta ainda que em 1992 chega outra punição do Vaticano, mas dessa vez além de silêncio obsequioso ele deveria sair do país, nesse momento Boff toma uma decisão radical renunciando definitivamente às suas atividades de padre e se autopromovendo ao estado leigo (SILVA, 2007, p.61).

Ademais, diante dos fatos até então expostos percebe-se que no âmbito religioso, a Igreja Católica, não se apresenta de maneira homogênea frente ao golpe de 1964. Ela mostra

um antagonismo no que se refere ao seu posicionamento político. Segundo Marcelo Ridenti, se é verdade que a alta hierarquia da Igreja Católica deu apoio ao golpe de 1964, também é sabida a crescente resistência de religiosos e sua conseqüente ligação com as lutas das esquerdas brasileiras. (RIDENTI, 1993, p.151). Clérigos conservadores e os reformistas – entre eles os teólogos da libertação, os Dominicanos e Dom Hélder Câmara – só concordavam que era necessário acabar com as atrocidades: “Fazemos nossas as conclusões de Medellín, as diretrizes Conciliares e Pontifícias, em matéria de filosofia social. (...) para que o Brasil, de fato, se reencontre, sob a inspiração da justiça, da liberdade, do amor e da verdade” (CNBB, 1997, p. 35). Contudo, independente de divergirem seus ideais e suas origens, tanto clérigos conservadores, quanto reformistas sofreram com a repressão, a censura e a tortura infringida pelo Exército no período militar. A medida que as atrocidades cometidas contra a população iam aumentando, os clérigos também iam se distanciando cada vez mais do Estado Militar para se aproximar do povo, passando a constituir uma oposição forte ao regime militar: “Se a instituição católica inspirara respeito na sociedade brasileira, no período militar em muitas ocasiões isso não foi levado em conta, os padres e religiosos são o exemplo cabal disso [...]” (BIANCHEZZI, 2009, p. 1).

Assim o Golpe Civil-Militar foi instaurado em 1964 pelo Exército em meio a uma crise política, econômica e social, com o presidente sendo pressionado por melhorias em praticamente todos os setores da sociedade. As Forças Armadas pretendiam com o golpe conter o avanço socialista, que para eles estava certamente influenciando as ações do presidente e ainda garantir o desenvolvimento do país, seguindo assim os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, que estabeleceu uma segurança nacional aliada a política interna, a prática política tornou-se algo muito sério para ser deixado nas mãos dos civis (BORGES. In: FERREIRA. DELGADO, 2009). Contudo, ao contrário do que se poderia imaginar, o Exército não agiu em uníssono, o golpe foi preparado desarticuladamente e assim como dentro da Igreja Católica também existiam aqueles que não eram contrários ao governo de João Goulart:

“Não existia uma conspiração única, centralizada e estruturada; o que existiam eram grupos contrários à política pré-64, mas com pouquíssima articulação entre si. A existência de revoltas entre a baixa oficialidade prova que existiam problemas inclusive de quebra de hierarquia, em que nem todo o conjunto das Forças Armadas brasileiras era contra o governo Goulart.” (WASSERMAN, 2004. p. 40)

Diante dos fatos colocados pela historiografia sobre o período é possível compreender a Ditadura como sendo um Golpe Civil-Militar, pois como vimos, na tentativa frustrada de

impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse o cargo após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, os militares não conseguiriam instaurar o regime sem o apoio da população. Eles precisaram legitimar, justificar sua intervenção na política brasileira com outro meio que não simplesmente a força, era preciso convencer a sociedade de que aquele seria o único meio de salvar o país: (FERREIRA. In: FERREIRA. DELGADO, 2008, p. 347). Como afirma Daniel Bourmaud ao falar do regime autoritário da Coreia do Norte, era preciso muito mais do que força bruta para legitimar e manter durante tanto tempo esse regime:

“Há muitos exemplos de regimes autoritários nos quais, o temor não sendo mais suficiente para obter a obediência, a derrocada se impõe de maneira inelutável. / [...] O trabalho ideológico ocupa lugar central no processo de legitimação, tanto com relação ao interior quanto ao exterior. Trata-se de exercício de propaganda, com certeza, mas também de busca de legitimidade sem a qual o regime não poderia garantir a própria sobrevivência. Para tal, a Coreia do Norte se apoia em discurso no qual se combinam três elementos constitutivos da legitimação autoritária: a memória, o sagrado, o encantamento.” (BOURMAUD. In: QUADRAT. ROLLEMBERG, 2010. P. 327)

Devemos, portanto, considerar o Golpe como uma ação de militares e civis, bem como a importância que esse apoio de grande parte da sociedade teve para instauração do regime, mas também devemos perceber que sem uma ideologia o regime não se sustentaria, talvez nem sequer conseguisse ser instaurado:

“Na verdade, a permanência de regimes militares, como no caso brasileiro, supõe a existência de uma ideologia que ultrapassa as peculiaridades nacionais e mantém a estrutura e a coerência de cada país. Ora, a manutenção de um regime não pede, mas exige uma ideologia como a Doutrina de Segurança Nacional, cujos postulados fornecem a estrutura necessária à instalação ou à manutenção de um Estado forte. (Comblin, 1978, p.13)” (BORGES. In: FERREIRA. DELGADO, 2009. P. 33).

Precisamos ainda esclarecer outro importante aspecto dessas instituições, pois o Exército, assim como a Igreja não eram instituições homogêneas e até hoje possuem suas divergências internas. Tanto em uma, quanto na outra encontramos aqueles que não eram contra o governo de João Goulart. Como já dito anteriormente a concretização do golpe foi fruto de uma ação desarticulada das Forças Armadas, pois o exército estava sofrendo com diversos protestos entre as patentes mais baixas (Revolta dos Sargentos em 1963, greve de marinheiros e fuzileiros navais em 1964 e uma palestra de João Goulart feita aos sargentos); e os grupos da elite da instituição conspiravam separadamente contra o governo: “Somente mais adiante e com difíceis entendimentos entre facções das Forças Armadas, surgiria um ‘ideário’ do regime dos militares” (D’ARAÚJO, SOARES, CASTRO, 1994, p.18). Contudo, mesmo depois do regime já instaurado os militares se dividiram entre aqueles que queriam o

endurecimento e a permanência do regime (Linha Dura) e aqueles que defendiam a devolução progressiva do poder aos civis (Linha Branda).

Quanto essa divisão entre Linha Dura e Linha Branda não era tão rígida quanto se imagina. Devemos entender essa separação muito mais como um artifício metodológico e teórico para tentar explicar o regime, do que uma divisão de fato. Isso porque tanto dentro de um grupo, quanto do outro existiam pessoas que não apoiavam completamente o endurecimento do regime ou a devolução do poder aos civis. Reforçamos aqui, portanto, que o Exército, assim como a Igreja, definitivamente não se constitui como uma instituição homogênea, nem mesmo dentro dos grupos que se formaram a favor e contra as práticas dos próprios militares.

Apesar disso, a promulgação do Ato Institucional nº5, dentre os muitos promulgados durante a ditadura, se constituiu como um divisor de águas frustrando expectativas de políticos civis que apoiaram o golpe, rompendo definitivamente com o apoio da Igreja Católica e criando o que alguns pesquisadores como Carlos Fico classificaram como “*O golpe dentro do golpe*” dando a vitória (ou seja o poder) aos militares de Linha Dura e não aos de Linha Branda (ROLLEMBERG In: MARTINHO, 2006, p. 1-2). Ainda recorrendo a Rollemberg o AI-5 também significou um marco para as esquerdas brasileiras, pois tornou-se “evidente a impossibilidade de se fazer qualquer movimento de *massas*” (grifo do autor) (ROLLEMBERG In: MARTINHO, 2006, p.2).

O AI-5 representou um dos momentos de maior repressão dentro do regime ditatorial brasileiro, sem data prevista para terminar legitimou uma prática em que todos os cidadãos poderiam ser inimigos do governo e a justificativa dada pelo então presidente militar Costa e Silva para implementação de tal ato foi a de que dessa maneira poderia executar melhor o Plano Estratégico para o Desenvolvimento, pois o Congresso Nacional jamais aceitaria as reformas (FREIRE, 2011, p.160).

A seguir alguns artigos do AI-5 podem ilustrar e corroborar tudo o que foi dito anteriormente, mostrando a repressão agora instituída por lei e a negação dos direitos do cidadão:

“Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República. [...]

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, *poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.*

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de frequentar determinados lugares;

c) domicílio determinado, [...]

Art. 7º - *O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.*

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.” (Grifo meu) (Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968).

Todavia esse mesmo período de repressão também correspondeu a um dos momentos de maior crescimento econômico do país conhecido como “Milagre” Econômico Brasileiro. Costa e Silva gostaria muito que esse momento “glorioso” tivesse chegado quando ele ainda estava no poder para amenizar a opinião pública terrivelmente abalada com o AI-5 (FREIRE, 2011, p.160), contudo ele apenas iniciou o processo.

Esse *boom* na economia brasileira significou ainda um novo meio para se justificar e legitimar o poder, tendo em vista que o argumento de que o regime era necessário para completar o processo de restabelecimento da ordem econômica e política ameaçadas se desgastava rapidamente (PRADO. EARP. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p.219), principalmente porque a população não via melhorias, apenas repressão. Era, portanto necessário que a política econômica desse resultados para que o regime se mantivesse.

Assim as reformas implantadas no governo de Costa Silva foram continuadas pelos governos seguintes. A economia de fato melhorou com o desenvolvimento da indústria petroquímica, da química fina, dos eletrônicos, grandes obras públicas de infraestrutura (rodovias, pontes, melhorias nos portos e aeroportos, além da indústria bélica), construção de hidrelétricas, ampliação de crédito para a população, etc (SILVA. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p.259). Essas melhorias não poderiam ter sido realizadas sem ajuda do capital estrangeiro e para atrair esse investimento foi adotado um conjunto de incentivos (como isenção de impostos) que posteriormente traria péssimas consequências para a economia brasileira.

A população sentiu na pele situação melhorar, pois os empregos aumentaram garantindo melhores condições de vida assim como o número de moradias. Contudo, o “milagre não duraria para sempre”:

“Devido as altas margens de lucro e capacidade, havia uma tendência permanente a um excesso potencial de acumulação frente à desaceleração da demanda. As pessoas não podiam por exemplo, aumentar indefinidamente sua demanda por automóveis e geladeiras, enquanto a indústria daqueles setores crescia e produzia cada vez mais. [...] Usando o exemplo da geladeira e do automóvel, não houve redução significativa no preço desses bens, nem aumento de salários, que pudessem sustentar a demanda.” (FARIA, 2002, p.28-29).

O início dos anos de 1970 também foi o período de maior repressão e exploração de pessoas e recursos, se constituindo como a pior crise da história brasileira entre a Igreja e as Forças Armadas (SERBIN, 2001, p. 48). Nesse momento vemos a mesma Igreja que havia ajudado a implantar a Ditadura Militar, ajudando a derrubá-la:

“O estado de segurança nacional manteve rígido controle sobre a política, suspendeu as liberdades civis e de imprensa, e torturou e matou membros da oposição, inclusive militantes católicos. Uma grande quantidade de padres, freiras, bispos e militantes leigos sofreu maus-tratos por parte das forças de segurança. Sete clérigos foram mortos. [...] A crítica pública da Igreja contra o governo militar e sua defesa dos direitos humanos e da igualdade social alcançaram destaque internacional. Esses posicionamentos foram um marco importante para o Brasil moderno e, de fato, para toda a América Latina, pois, por toda a região, a Igreja institucional havia quase sempre garantido seus privilégios e influência apoiando o *status quo*. Na opinião do brasilianista Scott Mainwaring, por meio de sua legitimidade moral, a Igreja ajudou a derrubar o regime.” (SERBIN, 2001, p.48).

Percebe-se assim que parte da Igreja Católica (a ala conservadora) e o Exército, durante o período militar, compartilharam por um momento do mesmo ideal e objetivo: salvaguardar a nação do perigo comunista. Contudo, os caminhos para se alcançar esse objetivo fizeram com que as duas instituições se afastassem e até mesmo ocupassem lados opostos durante os anos que se seguiram ao regime, pois como vimos a Igreja não acreditava que a tortura e a suspensão das liberdades civis fortemente empregada pelas Forças Armadas fossem de fato ajudar a reprimir o comunismo ou melhorar as condições de vida dos brasileiros.

CAPÍTULO II - Visões sobre a Ditadura Militar: Relatos de um Capelão do Exército

A Ditadura Militar correspondeu a um longo período de restrições da liberdade seja ela política, social ou ainda de expressão, mas seus vinte e um anos de duração (1964-1985) não foram vistos da mesma maneira por todas as pessoas que passaram por ela. Essa etapa da história é frequentemente descrita com o olhar dos que sofreram com a violência e a censura, ou então com o olhar específico de uma instituição ou outra (Exército, Igreja, partido político, etc.).

Neste estudo as relações entre Igreja e Exército serão analisadas com base no instrumental teórico da História, bem como através de um roteiro pré-concebido para realizar as entrevistas, de maneira que a cada pergunta analisar-se-á a resposta obtida através do entrecruzamento teórico metodológico historiográfico e das narrativas vivificadas nos relatos orais do senhor Agostinho Teotonio de Almeida. Procuramos centrar nas experiências desse sujeito que viveu durante o período da Ditadura Militar. A escolha deste deve-se ao fato de o mesmo ter sido integrante das instituições aqui analisadas (Igreja e Exército), ou seja, foi através da história de vida do entrevistado que tecemos as discussões presentes nesse capítulo, pois como afirma Lucília Neves de Almeida Delgado: “As histórias de vida são fontes primorosas na reconstituição de ambientes, mentalidades de época, modos de vida e costumes de diferentes naturezas.” (DELGADO, 2010, p.22).

Assim sendo, o senhor Agostinho Teotonio de Almeida, nosso entrevistado, desde o seu nascimento em Mirai, interior do Estado de Minas Gerais, em 28 de agosto de 1928, nos conta através de sua história que o Exército e a Igreja sempre estiveram presentes em sua vida. Caçula de dez irmãos ingressou no exército em 1949 e foi servir na cidade do Rio de Janeiro, quando esta ainda era a capital do Brasil. Durante o serviço militar, formou-se enfermeiro veterinário e casou-se com Lucí Dias, com quem teve três filhos: Lúcio, que faleceu ainda criança, Luciano e Lucinaldo. Desde pequeno sempre se encantou com a Igreja e seus rituais, tornando-se diácono permanente da Igreja Católica Apostólica Romana em 1986. Após ficar viúvo em 1992 e adquirir o diploma de teologia em 1997, foi ordenado padre aos setenta e sete anos. Em sua ordenação estavam presentes seus dois filhos já casados e seus três netos, (Thiago, Aimée e Amanda), todos filhos de Luciano.

No capítulo anterior vimos o quanto a intervenção militar na história política brasileira foi recorrente, originando até mesmo uma cultura militar em que o destino manifesto era um de seus principais pilares, e que colocava como função do Exército preservar e defender os interesses da nação, mesmo que para isso tivesse de intervir diretamente no governo. Contudo, a intervenção militar em 1964 foi completamente diferente das anteriores, pois nesse momento os militares não devolveram o poder aos civis após ter reorganizado a ordem institucional, como pensavam os diversos membros da sociedade que apoiaram o regime. Nesse momento em que o Exército pregava o comunismo como um perigo iminente para a nação era necessário um novo modo de intervir. Assim, os militares surgiram com um plano de governo que previa uma transformação da política e da economia brasileiras para finalmente “colocar o país nos eixos” e devolver o poder aos civis. Ninguém imaginou que essa modificação seria tão lenta e demorada quanto foi.

Um importante ponto de apoio para a implantação do regime pelas Forças Armadas foi a Igreja Católica, pois foi através dela que a população foi definitivamente convencida do perigo comunista existente no governo João Goulart. Antes desse apoio da Igreja, muitas pessoas não só apoiavam as reformas, como acreditavam que elas realmente pudessem começar a solucionar os problemas de desigualdade presentes até hoje em nosso país.

No encalce dessa discussão que foca as relações entre Exército e Igreja é que procuramos neste capítulo focar na vida de um sujeito que vivenciou este período. Isso com o intuito de problematizar os aspectos presentes nesta relação entre estas instituições. Com olhar questionador por meio da história buscamos alcançar com a análise que deem visibilidade à pesquisa aqui empreendida. Ao abordarmos o cotidiano do nosso entrevistado pudemos discutir a historicidade das suas ações através das tramas nas quais o mesmo tem se envolvido não só no período aqui demarcado, mas em toda a sua história de vida. Não há que se esquecer que um relato oral de memória, é sempre imiscuído de marcas sociais, carrega consigo fragmentos de uma rede social, política, profissional e cultural.

Assim os relatos do nosso entrevistado apontam uma relação entre o indivíduo e o coletivo, e entre o período e as instituições que ficam mais profundas através do desenvolvimento de uma história das sensibilidades, haja vista o uso da memória como fonte entrelaçar sentimentos e reflexões que ampliam o significado desse momento histórico.

Por este e outros motivos a História Oral se constitui hoje como um importante método para construção do conhecimento histórico, tendo em vista que através das perguntas feitas pelos pesquisadores aos entrevistados suas memórias são reativadas e passam a se constituir como fontes importantes para o andamento da pesquisa. A memória, portanto, é a fonte principal que subsidia a História Oral, alimentando as narrativas que constituirão o documento final, a fonte histórica produzida (DELGADO, 2010, p.16). Juntamente com as memórias a historiografia do período também é relevante para analisar as entrevistas, seja contrapondo ou corroborando o que foi exposto.

Além disso, é preciso elucidar que os relatos do Padre Agostinho proporcionam ainda uma reflexão a respeito da importância da memória como fonte histórica, visto que retira o preconceito em sua utilização como fonte por causa de sua subjetividade, pois afinal de contas todas as fontes históricas são preenchidas com a subjetividade da época, da classe social, e dos demais fatores que integram o personagem que deu origem a fonte (THOMPSON, 1992, p.111). Paul Thompson em seu livro “A voz do passado: história oral” nos mostra ainda outras contribuições do uso da memória e os efeitos bidirecionais que ela pode proporcionar:

“O valor histórico do passado lembrado apoia-se em três pontos fortes. Primeiro, como demonstramos, ele pode proporcionar, e de fato proporciona, informação significativa e, por vezes, única sobre o passado. Em segundo lugar, pode também transmitir a consciência individual e coletiva que é parte integrante desse mesmo passado. / Mais do que isso, a humanidade viva das fontes orais atribui-lhes uma terceira força que é excepcional. [...] É ‘precisamente essa perspectiva histórica que nos permite avaliar o significado a longo prazo da história’, e só podemos fazer objeções a receber essas interpretações retrospectivas de outros – considerando que os distingamos como tais – se quisermos excluir os que viveram através da história de toda e qualquer participação em sua avaliação. / Em suma, estamos lidando com fontes vivas que, exatamente por serem vivas, são capazes, à diferença das pedras com inscrições e das pilhas de papel, de trabalhar conosco num processo bidirecional. Até aqui, concentramo-nos sobre aquilo que podemos aprender com elas. Mas a narração de sua história pode também ter um impacto sobre elas.” (THOMPSON, 1935. P.195-196)

As falas do Padre Agostinho foram analisadas, portanto, a partir de referenciais calcados nas discussões propostas pela historiografia em relação ao período estudado. Além disso, foi considerada sua posição de militar e clérigo para entendermos seu posicionamento durante o regime, com o intuito de verificar como as relações entre a Igreja e Exército foram construídas no período da instauração do golpe de 1964.

Por conseguinte, é preciso lembrar que a Igreja e as Forças Armadas defenderam a implementação da Ditadura com o mesmo argumento de que era necessário proteger o país contra a ameaça comunista que – segundo a divulgação feita pelo IPES – estava cada vez mais próxima. Além disso, as duas instituições já travavam uma longa batalha contra o

comunismo: a primeira se via ameaçada pela doutrina que pregava a inexistência da religião para que fosse possível viver em uma sociedade mais igualitária; e a segunda se via como a única instituição capaz naquele momento de conter o avanço comunista tendo como base a Doutrina de Segurança Nacional. Nosso entrevistado sendo integrante das duas instituições, comprova tudo o que foi dito anteriormente relatando que não só acreditava que a paz estava ameaçada, como concorda que a única instituição capaz de agir naquele momento eram as Forças Armadas, narra seu Agostinho:

As Forças Armadas é uma instituição nacional, permanente, organizada sob a base da disciplina e com fiel obediência ao presidente da república. Então, ela é a defensora dos direitos e guardiã da paz. Eu vou dizer dentro do conhecimento que eu tive e dentro do que eu vi. Essa paz estava sendo ameaçada para um país, que é o nosso, devia lá nos outros países também. Só que alguém teria de falar, e naquele momento só quem pode falar, eu acredito, tenham sido as Forças Armadas. (Entrevista em 5 de setembro de 2011).

Nesse contexto a história oral e a memória, possibilitam que o historiador busque no próprio sujeito histórico suas impressões, sem intermediários além de nos fazer pensar a respeito da questão do indivíduo, pois ao se trabalhar com entrevistas, procuramos relacionar o indivíduo ao coletivo, demonstrando o quanto um interfere na construção do outro e conseqüentemente no meio em que habitam. O nosso entrevistado, portanto, foi escolhido com base justamente nessas relações que possui com as instituições pesquisadas, com o coletivo:

“A memória é indicadora de um mundo íntimo, mas indica facetas que remetem além dos limites da vida de cada um dos depoentes. / [...] Sem menosprezar o alcance das fontes tradicionais, o melhor é aceitar o desafio de mergulhar em novas fontes, baseadas em depoimentos, memórias e representações, mesmo considerando o desafio imposto a quem opta por tal alternativa metodológica. / [...] Seja qual for a perspectiva de análise apresentada, na esfera política, na composição social, na estruturação econômica ou na manifestação cultural, por meio da revelação das sensibilidades a compreensão dos temas tratados revela personagens ou mesmo contextos antes desconhecidos, permitindo reflexões mais originais acerca dos temas abordados.” (JUCÁ. NASCIMENTO. In: RAMOS. COSTA. PATRIOTA. 2012, p.25).

Esse relato reafirma ainda que toda e qualquer fonte está carregada pela subjetividade da época, da sociedade e de quem a originou como mencionado anteriormente (THOMPSON, 1992, p.111), mas na história oral o diferencial se apoia no fato da fonte estar “viva”. A partir disso poderemos entender melhor as falas do Padre Agostinho ao direcionar o olhar para outras características dessa “fonte viva” como nos mostra Sônia Maria de Freitas no prefácio do livro “A voz do passado: história oral”, de Paul Thompson:

“[...] a subjetividade é um dado real em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais. O que interessa em história oral é saber por que o entrevistado foi seletivo, ou omissivo, pois essa seletividade com certeza tem o seu significado. [...] A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e

diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período [...].” (FREITAS. In: THOMPSON, 1992, p. 18).

Dito isso, temos um relato do senhor Agostinho Teotonio de Almeida que nos conta como os militares receberam com gravidade o discurso feito por João Goulart no dia 13 de Março de 1964. A imagem do presidente piorou perante toda sociedade, pois além de propor medidas como a reforma agrária ainda ameaçou os privilégios das elites e criticou a “mistificação do comunismo” que vinha sendo feita nos meios de comunicação, como nos conta o Padre Agostinho a seguir:

No dia que rompeu a tal de ‘revolução’, eu coloco entre aspas, foi as 13 horas do dia 31 de março. Naturalmente já estavam preparando antes e tal. [...] Eu servia no 2º andar do Ministério do Exército, do lado da Central (Central do Brasil). E no 2º andar ao lado da Praça Duque de Caxias era o Estado Maior do Exército, o Palácio do Exército. E o João Goulart fez um discurso lá entre a Central e o Ministério do Exército. Fez um discurso muito grave. Não ele em si, mas naturalmente incitaram e o povo consegue ludibriar quase todo mundo, então o pessoal viu que a coisa não estava boa. E foi ali então que surgiu exatamente, então no dia 31 de março, ao meio dia vamos colocar assim, surgiu essa oportunidade. O povo já estava bem posicionado, quer dizer de 30 pra 31 de março o povo se posicionou, as Forças Armadas no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, e nessa altura – mas foi tudo calmo, não houve tiro, não houve prisão de ninguém, ninguém tava contra ninguém, mas estava a favor do Brasil. [...]. (Entrevista em 5 de setembro de 2011).

Além do discurso do dia 13 de Março João Goulart ainda fez um no dia anterior à deflagração do Golpe Civil-militar no Automóvel Clube, neste falou para os subalternos das Forças Armadas que já lutavam por melhores condições dentro da instituição através de revoltas (revolta dos sargentos, motim de marinheiros, etc.). Isso foi a gota d’água para os militares, como nos conta Jorge Ferreira:

“No dia 31 de março, Goulart acordou cedo no Palácio Laranjeiras cansado de tudo aquilo. Estava convencido de que seu discurso no Automóvel Clube não conseguiria unir as Forças Armadas e convencê-las a apoiar seu governo. Após a rebelião dos sargentos, dos marinheiros, e do seu discurso no dia anterior, a oficialidade das três Armas, mesmo a que defendia a legalidade, estava convencida de que o presidente incentivava a indisciplina, instigando os subalternos contra seus superiores. [...] O presidente soube da movimentação das tropas do general Olímpio Mourão Filho no meio da tarde e logo passou a avaliar a situação junto a seus ministros. [...]” (FERREIRA. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p. 391-392)

É possível perceber aqui que os relatos do Padre Agostinho estão intrinsecamente ligados a ideologia militar de que era preciso “salvar o país” a qualquer custo, e não poderia ser diferente, tendo em vista que o Exército esteve presente desde o início de sua trajetória (ingressou na instituição no ano de 1949), e lhe proporcionou melhores condições de trabalho e de vida, pois antes disso o senhor Agostinho trabalhou carregando sacas de café, e como

ajudante em uma loja, os dois empregos em sua cidade natal, Miraí – Minas Gerais. Diante dos fatos descritos corroboramos com a ideia de que “nossas lembranças são, pelo menos em parte, sustentadas pelas lembranças do grupo social ao qual pertencemos. [...] O indivíduo evoca, assim, suas lembranças valendo-se de quadros da memória social.” (TRUZZI. In: MIRANDA, 2007, p.267).

Em relação a nomenclatura deste período precisamos esclarecer o uso da palavra Revolução por nosso entrevistado, para designar o que conhecemos como golpe: esta foi a denominação usada desde as primeiras declarações dos militares para se referir a sua ação em 1964 e como militar o senhor Agostinho não poderia deixar de usar tal palavra, contudo para ele o uso desta palavra foi simplesmente por falta de uma nomenclatura melhor ou mais branda, por isso ela está entre aspas em sua fala. Padre Agostinho afirma não ter havido uma revolução, pois “*foi tudo calmo, não houve tiro, não houve prisão de ninguém, ninguém tava contra ninguém, mas estava a favor do Brasil*”, e ainda narra que:

Naturalmente foi o vocábulo mais tranquilo que encontraram, alguém encontrou, para dar ideia, dar vida aquele movimento. Mas, ninguém revoltou contra ninguém, eu posso dizer para você de cadeira mesmo, ninguém revoltou com ninguém. Pelo contrário eles queriam a segurança. (Entrevista em 5 de setembro de 2011).

Percebemos aqui que por ‘revolta’ o Padre Agostinho entende um processo violento, em que as pessoas se confrontam, e por esse lado a Ditadura não seria uma revolução para ele, pois como ele mesmo disse “*ninguém revoltou (brigou) contra ninguém*”. Em certa medida podemos concordar com essa afirmação, tendo em vista que de fato não houve uma revolução, como nos define Hannah Arendt, pois não houve uma mudança abrupta e irresistível que modificou por completo a sociedade e muito menos uma busca pela liberdade (ARENDR, 2011, p.51-53). O que aconteceu segundo os próprios militares foi uma tentativa de proteger o país contra a ameaça comunista, o que de acordo com a definição anterior não se caracterizaria como revolução: “[...] cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo, como nas suas dependências administrativas.” (COGGIOLA, 2001, p. 13).

Em relação ao presidente João Goulart, Padre Agostinho nos deu um depoimento muito interessante, pois demonstra que não via na figura do presidente algo ruim ou subversivo, para ele eram as pessoas que estavam a sua volta que o influenciaram erroneamente a falar o que falou. Assim nosso entrevistado narrou:

Mas por exemplo o João Goulart, eu gostava do João Goulart, nunca tinha visto ele não, não vi, mas eu gostava. Era uma pessoa pelo que eu escutava no rádio, sabe

aquela pessoa simpática, tranquila, gostava de todo mundo, era um menino grande. Mas qualquer pessoa precisa estar prevenida para escutar, analisar, tirar conclusões. Se você achar que deve falar você fala, mas é você que vai ver se deve falar. Porque às vezes a pessoa que tem toda aquela ideia aquele aparato (quem faz os discursos do presidente) ele nunca falou, se você fala aí começa... (tem que arcar com as consequências). (Entrevista em 28 de novembro de 2013).

Contudo, para o Exército e muitos integrantes da direita e da esquerda brasileira Jango era de fato incapaz de governar o país, ou conter a crise econômica que o assolava, foi uma tentativa de desmerecer as qualidades do presidente e de colocá-lo no esquecimento da população, que só agora começa a acordar para as atrocidades que foram cometidas durante a Ditadura Militar (como por exemplo através da investigação de crimes pela Comissão da Verdade): “João Goulart não era inepto, como as forças da direita trataram de apresentá-lo, nem um homem fraco, como certos segmentos da esquerda o perceberam.” (BANDEIRA, 2008, artigo para o site do Instituto João Goulart). Como bem relatou Paula Campos Pimenta Velloso em sua resenha sobre o livro “João Goulart – Uma biografia” escrita por Jorge Ferreira:

“Herdeiro da tradição conciliatória que Vargas já havia continuado, foram muitos os momentos em que João Goulart mostrou habilidade na negociação, atento a um só tempo aos interesses dos trabalhadores, à necessidade de que a produção continuasse em movimento e àquilo que o momento político exigia. [...]Ao desqualificar João Goulart, a bibliografia sobre o período colaborou para que diversas nuances não só da vida de Jango, como de um intervalo importante da história política brasileira restassem mal conhecidas. Assim, o psicobiografismo que foi para a psicanálise um primeiro passo, reproduziu-se nos estudos sobre o período como modelo analítico.” (CAMPOS, 2011. Resenha para o site do Instituto João Goulart)

Essa citação nos leva a pensar ainda a respeito da história de vida do nosso próprio entrevistado, tendo em vista, que se constitui em um importante meio de análise não só do indivíduo, mas também da sociedade e do período que o cerca, fazendo com que o historiador se atente para detalhes que antes não notaria como, por exemplo, a importância que as Forças Armadas e a Igreja Católica tiveram na vida e no trabalho do senhor Agostinho, bem como na vida de muitos outros alistados dando-lhes oportunidades que talvez não tivessem fora dessas instituições:

“A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais

palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual.” (PRYORE, 2009. P. 9.).

Assim o senhor Agostinho que era militar ativo a época do Golpe Militar, hoje com oitenta e cinco anos de idade também faz parte da Igreja Católica como Capelão Militar, nos mostra por meio de sua biografia e memórias essa relação de paralelismo entre as duas instituições durante a Ditadura Militar, pois apesar de considerar que a Igreja discordou de inúmeras práticas adotadas pelo Exército, as duas procuravam sempre o melhor para o país, mesmo que por caminhos diferentes, como disse o general Muricy elas eram os “pilares básicos em que se assenta a Democracia no Brasil” (Resposta do General Muricy a carta de Dom Eugênio. In: SERBIN, 1959, p. 165). Diante do expôs nosso entrevistado relata que:

São duas instituições que seguem paralelas e vão seguir por toda eternidade. A Igreja é a precursora, ou padroeira, ou protetora da paz. E as Forças Armadas é guardiã dessa paz. Então, elas vão seguir paralelas. Tanto é que na Igreja, nós temos o que? ‘Santa obediência’; e nas Forças Armadas: ‘Disciplina consciente’. Então, o ser humano enquanto pertencente a essas instituições, cada pessoa deveria ter dentro de si esse princípio. Só que a nossa ótica não é a mesma, você vê de um jeito e eu vejo de outro, então vamos combinar para ver o que está acontecendo, o que pode ser bom para os dois lados. (Entrevista em 22 de outubro de 2012).

A pesquisa nos mostrou que tanto as Forças Armadas, quanto a Igreja não se constituíam como instituições homogêneas. Na Igreja um dos exemplos usados para retratar isso foi a existência da Teologia da Libertação, que apesar de ter nascido dentro da instituição acabou sendo excluída por não concordar com alguns posicionamentos da Igreja como também nos confirma o Padre Agostinho ao afirmar (na citação a seguir) que não tem muito conhecimento a respeito da doutrina justamente por causa dessa exclusão:

Dessa parte eu não vou citar muito não, porque tendo em vista que a forma citada era contrária ao Vaticano e como eu era e sou submisso ao Vaticano, eu não acompanhei nada dessa Teologia da Libertação. Mas como não fazia parte da nossa sequência cristã era contrária, tipo reforma, eu não acompanhei. Literalmente eu fiquei só no ouvir dizer. (Entrevista em 28 de novembro de 2013).

O fragmento acima nos permite inferir que os relatos de memória do senhor Agostinho não são exatamente prova de algo vivido, mas são sinais que estão em movimentos constantes de ressignificação que nos permite associações com período histórico vivido pelo pesquisador e pelo pesquisado, na medida em que no ato da fala há um processo de ressignificação do vivido. Novamente aqui podemos observar o quanto o meio interfere nas memórias do indivíduo, pois o Padre Agostinho revela desconhecer a doutrina por esta ser contrária ao Vaticano. Ao pedir que o gravador fosse desligado ele disse em latim: ‘*Roma locuta, causa finita*’, e traduziu da seguinte forma: “*O Papa falou está falado.*”. Isso nos mostra o quanto a

construção histórica depende do grupo, do gênero ou da classe social que a tece (MACHADO. In: MIRANDA, 2007, p. 57):

“A memória deve assim ser encarada ela própria como fenômeno histórico. Cabe aqui, portanto, falar-se em uma história social do lembrar. Já que a memória é seletiva, é preciso identificar seus princípios de seleção, como variam especialmente (de um lugar para outro), socialmente (de uma classe ou grupo social para outro) e cronologicamente (de uma época a outra).” (TRUZZI. In: MIRANDA, 2007, p.267).

Com relação às torturas, sempre negadas pelas Forças Armadas, o Padre Agostinho reafirma esta ideia. Contudo, ao mesmo tempo em que afirma desconhecer essas práticas, não diz que elas não ocorreram. Os silêncios presentes na fala do nosso entrevistado, também contemplam a versão militar desse período da história, de maneira que devem ser entendidos como uma omissão daquilo que não se quer dizer. Eles reforçam ainda a influência que o meio exerce sobre o indivíduo, pois o fato do nosso entrevistado pertencer as Forças Armadas o fez incorporar o discurso da instituição. Segundo Rousso a memória deve ser entendida como: “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto, familiar, social, nacional.” (ROUSSO. In: FERREIRA. AMADO, 2006, p.94). Dessa forma fica clara a importância do silêncio para o trabalho do historiador, pois “tanto a ausência quanto o intervalo, o não dito e o não escrito pelas forças que manipulam a memória ou que trazem falas e escutas à memória” (RIBEIRO, 2001, p.58), ajudam na formação do conhecimento histórico. Assim sendo, ficou claro durante as entrevistas o desconforto do senhor Agostinho em tratar desse assunto. Mas para ele os dirigentes nada tiveram haver com as práticas adotadas pelos oficiais que estavam em embate direto com o povo:

[...] Se ocorreu dentro daquele movimento (a revolução) alguma coisa esquisita foi extra chefes, os chefes não gostariam que acontecesse nada. [...] Se houve tortura o objetivo não era esse, agora que tinham pessoas que realmente eram ferozes mesmo, às vezes ferozes até sem saber o que estava acontecendo, mas é questão de linha. Eu mesmo nunca fui fanático a nada, mas tem gente que é fanático por religião (por exemplo), atola ali e não tem mais nada que tire ele dali. Agora sou eu ou você que vai dissuadir essa pessoa? Ninguém vai, tá lá dentro da cabeça dele. [...] Essa parte eu não posso dizer muita coisa não. Mas de qualquer maneira, não sei se alguém foi torturado, se foi morto, a gente sempre fica sabendo por ouvi dizer. Entretanto, nós sabemos que tem pessoas de índole má: ‘fulano’ você vai prender ‘fulano’, quando chego lá já chego atirando, quando vê o sujeito foi morto. Mas sempre tem aquela autoridade que é responsável por aquilo, então o pessoal acusa aquela autoridade, mas às vezes não foi, nem outro também não tinha intenção. Então o caso de tortura, por exemplo, eu não conheço, não tenho assim a menor ideia do que teria acontecido. Mas qualquer prisão já era uma tortura a privação da liberdade. Até hoje a gente só ouve dizer. (Entrevista em 5 de setembro de 2011).

Em oposição direta a essa visão temos Hanna Arendt com seu livro “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal”. Nele a autora relata o julgamento de Adolf Eichmann um dos maiores responsáveis pelo genocídio infringido contra os Judeus na Alemanha durante o governo de Hitler, e reflete sobre as ações por ele praticadas. Para Arendt o fato de ser fielmente obediente a qualquer regime totalitário pode tornar uma pessoa comum em um genocida, em um *fanático*, usando o termo do senhor Agostinho:

“Para Arendt, Eichmann era um híbrido de oportunismo inconsequente e de burocrata irrefletido, em quem a irrestrita obediência era um simulacro de personalidade. A constatação de que é possível a uma pessoa absolutamente normal, social e psicologicamente, perpetrar um mal ilimitado foi uma das poucas conclusões seguras a que Arendt chegou a partir do exame do tipo representado por Eichmann, que acabava por tornar um evento mundano a falência dos padrões morais tradicionais, já apontada antes no plano teórico por Nietzsche, por exemplo, como reconhece Arendt. (cf.2004a, p. 114-115).” (CORREIA, 2013, p.64)

Ainda relacionado ao tema das torturas e o conseqüente endurecimento do regime na transição da década de 1960 para a década de 1970, foi perguntado ao Padre. Agostinho como ele entenderia o Ato Institucional nº 5, que basicamente transformou todos os cidadãos em possíveis inimigos do governo, ele nos relatou da seguinte maneira:

O AI-5 no meu entender ou ver da época, ele trouxe uma equidade para a sociedade, não para uma sociedade, mas para a sociedade. Se o cidadão era o lavrador, mas a ideia não estava de acordo com o que se precisava tinha um ponto para punir. Se ele era ministro se a ideia dele não estava de acordo com o que se precisava a punição era a mesma. O negócio era garantir equidade de direitos, por exemplo, eu sou sargento, minha missão de sargento é cumprir aquilo que eu jurei como soldado. Se eu não estou cumprindo eu estou errado, mas tem uma legislação que protege, com dez anos de serviço sou efetivo, não posso mais ser excluído. Mas em face desse Ato Institucional o AI-5 eu podia ser excluído, eu não tinha o direito de errar, contra uma coisa que estava no momento em vigor. Então a minha forma de ver na época era essa, foi uma maneira de colocar no mesmo plano a questão de direitos, deveres e autoridades. (Entrevista em 28 de novembro de 2013).

Nesse momento é preciso destacar a seguinte fala do nosso entrevistado: “*O negócio era garantir equidade de direitos, por exemplo, eu sou sargento, minha missão de sargento é cumprir aquilo que eu jurei como soldado.*”, pois ela nos remete a fiel obediência dos militares para com a missão de sua instituição, que resultam em ações sem reflexão sobre suas conseqüências, ele reproduz aquilo que ela (a instituição) denomina de um linguajar estruturado por sentenças prontas, robotizado em que a feitura do mal é um cumprimento de ofício, não existe culpabilização. Vejamos o que Hanna Arendt diz:

“Eichmann revelou-se, durante todo o processo, até os dias que antecederam sua morte por enforcamento, como uma pessoa incapaz de exercer a atividade de pensar e elaborar um juízo crítico e reflexivo. Seu linguajar era estruturado por sentenças prontas, robotizadas, como por exemplo: *minha honra é minha lealdade*. Lealdade tão absoluta que o conduziu a nunca tomar decisões autônomas, pois necessitava executar rigorosamente ordens que lhe fossem dadas, jamais emitindo opiniões

personais e sempre acolhendo as decisões emanadas de seus superiores, conforme a exigência de cumprir incontinentemente o juramento de irrestrita fidelidade ao partido que o designara oficial da Gestapo.” (SIQUEIRA, 2011, p.393).

O AI-5 em si, segundo o Padre Agostinho se constituiu como a única forma de trazer a “*equidade para a sociedade*”, de modo que se um não tinha direitos agora todos passavam a não tê-lo. Como nos mostra Rollemberg para o presidente Médice o quinto Ato seria um caminho necessário para alcançar a felicidade: “[...]o AI-5 era “um mero processo técnico para a promoção da felicidade coletiva” [...]”. (ROLLEMBERG. In: MARTINHO, 2006, p.6)”. Contudo, mesmo após o fim do temível Ato a sociedade ainda parecia viver em estado de alerta: “Como toda a ditadura, o regime militar teve um prosseguimento depois de extinto o AI-5, dia 31 de dezembro de 1978. [...] O país parecia acuado por espécie de rescaldo do incêndio causado pelo AI-5, representado pelo SNI e seus aliados.” (CONTEIRAS, 2005, p.184).

Esse Ato representou ainda uma ruptura com diversas camadas da sociedade e até mesmo dentro do Exército: frustrou expectativas de políticos civis; fez com que a Igreja Católica rompesse definitivamente com o regime; tornou-se um marco de repressão para as esquerdas; e ainda criou o que alguns teóricos definem como “*O golpe dentro do golpe*” dando a vitória (ou seja o poder) aos militares de Linha Dura e não aos de Linha Branda (ROLLEMBERG In: MARTINHO, 2006, p.1-2).

Quando o AI-5 foi promulgado a Igreja – principalmente a ala conservadora, pois a reformista já se posicionara desde o início contra o regime militar – deixou de apoiar os militares, e da mesma maneira que foi importante na mobilização das camadas médias à favor do golpe, também passa a se constituir como uma considerável resistência às torturas:

“Dessa forma, podemos pensar que, ao se estudar a história da Igreja Católica no Brasil durante a Ditadura Militar, há que se considerar a existência não de apenas um catolicismo no interior da Igreja, “contestador e libertador”, mas de múltiplos catolicismos, cada qual enxergando a missão da Igreja de acordo com suas expectativas – ora como instituição política, ora pertencente a uma esfera mais privada. Em ambos os casos, a moral permanece, também, diferenciada para cada uma das esferas.” (SOUSA. In: BELOTTI. VALÉRIO, 2007, p.15).

É interessante percebermos ainda que o Padre Agostinho em nenhum momento falou do rompimento entre a Igreja e o Exército muito mencionado durante toda a pesquisa. Para ele as duas instituições tiveram e ainda têm papéis muito semelhantes dentro da sociedade, mas devido a importância que cada uma delas tem em sua vida, não pode se ver preferindo/defendendo uma ou outra, para ele as duas agiram certo dentro daquilo que pregavam. A partir dessa reflexão verificamos que a significação social do espaço dá origem a tessitura de diferentes visões sobre período ditatorial brasileiro. Este conjunto de imagens nos

permite ler as práticas de uma sociedade, tornando possível chegar a história muitas vezes escamoteada pelas estruturas de poder. A história que se revela aqui é uma história de sutilezas que se contrapõe ao mensurável, ao racional, é uma história voltada para o “afetual”, ou seja, permite um novo fazer da pesquisa para o historiador, reafirmando novamente a enorme influência que a sociedade, no caso o trabalho e a Igreja, podem ter sobre o indivíduo e conseqüentemente na construção de sua de história de vida e de suas memórias.

Precisamos falar ainda sobre o “Milagre” Econômico brasileiro, que também ocorreu nesse conturbado momento da Ditadura Militar. Com os direitos dos cidadãos suspensos por tempo indefinido o sucesso na economia foi fundamental para reafirmar o regime, mostrando quantos benefícios ele estava trazendo para o país. Para o Padre Agostinho esse momento se constituiu como o momento mais “*bonito*” do regime, pois segundo ele não havia corrupção, a condição de vida melhorou e as comunicações evoluíram consideravelmente, etc. A Igreja, contudo, estava mais focada na luta contra as atrocidades cometidas pelo regime contra os civis do que as vantagens trazidas com o “Milagre” econômico, principalmente porque a população mais humilde continuou ganhando pouco, tendo em vista que a economia seguia o lema de que era preciso “primeiro aumentar o bolo (o nível de renda), para depois reparti-lo (a distribuição viria como consequência)” (PRADO. EARP. In: FERREIRA. DELGADO, 2009, p.233). Assim Padre Agostinho narra o “Milagre” econômico:

“A primeira coisa bonita que houve – eu nunca tive dinheiro nada – mas, a beleza que houve é que aquele pessoal usava o dinheiro que entrava em benefício do povo. [...] O dinheiro que entrou, nós temos as comunicações de hoje aí. Aqui, olha! – aponta para o meu gravador. Então, essas coisas têm que agradecer ao Figueiredo, tem que agradecer a revolução. Quem trouxe essa parte de comunicação para cá, força de informática, na época bem retrógrada ainda, telefone, estradas – o Brasil até ali só tinha a estrada Rio-Bahia tanto é que essa Amazônica que falam até hoje, que naturalmente ainda ganham muito dinheiro, mas ela começou na revolução. Entra aqui, sai ali, entra pra outro canto. Então uma das belezas que eu posso dizer de coração mesmo, foi essa de aproveitar o dinheiro que o povo entregava para o governo, aquilo era realmente aproveitado, era aproveitado em benefício, e era tudo fiscalizado. [...]” (Entrevista em 5 de setembro de 2011).

Realmente o crescimento do país nesse período superou todas as expectativas, contudo, as enormes dívidas deixadas pela política de isenção de taxas aos capitais estrangeiros, e o aumento da inflação que havia sido apenas parcialmente controlada, se tornaram grandes problemas nos governos seguintes. Até pouco tempo atrás a dívida externa do país e o controle da inflação eram desafios enfrentados no dia-a-dia pelos governantes. Através dos relatos do senhor Agostinho, tivemos a possibilidade de ver como as ações dos Militares e da Igreja refletiram na história da comunidade e conseqüentemente na do

indivíduo, de modo a enriquecer ainda mais as reflexões acerca desse ou de qualquer outro período da história

“Nesse enlace dos sentimentos e as reflexões elaboradas, o cenário se enriquece, possibilitando outras revelações, capazes de ampliar o significado do tema tratado, pois, apesar de os sentimentos serem pessoais, íntimos, eles revigoram o enredo tratado, dando-lhe outras configurações além das anteriormente estabelecidas. / [...] Se a memória nos remete ao coletivo, não se deve priorizar apenas o sentido das experiências plurais, sobrepujando-as às manifestações provenientes da maneira de pensar e de agir dos indivíduos. Necessário se faz ir mais longe, reconhecendo mais do que a simples preocupação em evidenciar o individual ou o coletivo. / O revelador é buscar o encadeamento espontâneo ou mesmo circunstancial do ‘eu’ e do ‘nós’ nas experiências observadas.” (JUCÁ. NASCIMENTO. In: RAMOS. COSTA. PATRIOTA. 2012. P. 24)

Fica clara, assim, a importância e os benefícios da história oral, pois através desse método o historiador sai do ambiente acadêmico para entrevistar, para aprender normalmente com alguém mais velho as coisas que está buscando e isso segundo Paul Thompson representa um processo de construção histórico muito mais colaborativo, que a tradicional busca de fontes feita por Ranke em inúmeras bibliotecas:

“Ao atribuir um lugar central, em seus textos e apresentações, a pessoas de qualquer espécie, a história se beneficia enormemente. E também se beneficiam, de maneira especial, as pessoas idosas. Um projeto de história oral, mais do que lhes propiciar novos contatos sociais e, às vezes, levar amizades duradouras, pode prestar-lhes um inestimável serviço. Muito frequentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem.” (THOMPSON, 1992. P. 33.)

Essa citação de Thompson é ainda corroborada com a fala do próprio Padre Agostinho que aos oitenta cinco de idade continua trabalhando e demonstrou grande alegria em participar de nossa pesquisa:

A partir dos quatro anos de idade até hoje com os oitenta e três eu não parei de trabalhar, mas não parei dia e noite. Graças à Deus! Nossa é o que me dá felicidade! Então quando vocês me pedem alguma coisa, e isso não é nem um pedido é um favor que me fazem, me dá uma alegria tremenda de eu poder estar com a mente limpa, lembrando de tudo para poder falar. (Entrevista em 5 de setembro de 2011).

Ao analisarmos a fala do nosso entrevistado em conjunção com a historiografia foi possível compreender a história como ciência interpretativa em busca de significados. Posto que a trajetória de vida e as narrativas do Padre Agostinho se configuram historicamente como um processo de reconfiguração contínua do modo de enxergar esse período histórico, os seus significados, ou seja, procura ir além de um processo de reprodução de análises já realizadas sobre a Ditadura Militar brasileira.

Percebemos que o Padre Agostinho se constitui como um sujeito histórico tanto na sua vida individual, quanto na coletiva, pois ao transmitir suas experiências, com o auxílio da memória constitui as faces de um único cristal que é a História (DELGADO, 2010, p.59). Essa pesquisa revelou ainda o quão importante pode ser a trajetória de vida para a pesquisa e análise da história, tendo em vista que a trajetória do Padre Agostinho foi fundamental para entendermos as diversas relações entre a Igreja e as Forças Armadas, bem como as influências dessas instituições nos relatos do nosso entrevistado.

As memórias do entrevistado se configuram, portanto, como experiências de vida, da realidade social, experiências que estão situadas no tempo histórico em que vive a partir da valorização do cotidiano, do individual. Esta opção nos permite entender o presente nas bases materiais culturais de uma época, na medida em que a realidade social também se coloca como expressão cultural das pessoas comuns, pessoas estas como o senhor Agostinho Teotônio de Almeida, tornando assim a história um espaço mais democrático, não centrado apenas na história dos grandes feitos, ou dos heróis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho tivemos a oportunidade de entender e refletir um pouco mais sobre como eram as relações entre a Igreja e o Exército, e dentro de cada uma dessas instituições durante a Ditadura Militar. Vimos ao longo deste trabalho as visões de historiadores e a do nosso entrevistado se cruzando a todo momento, seja corroborando ou contrapondo umas às outras. O estudo em tela mostra que as fontes, independentemente da “procedência”, (documento, memória, entrevista) devem ser interpretadas. No caso desta pesquisa a interpretação foi balizada pelo chão da história, em específico, da história oral e da biografia. Esta opção nos possibilitou evidenciar a importância da trajetória na construção da história do indivíduo, através de sua biografia.

Outro importante elemento abordado foi a modificação sofrida pelo Exército nos anos anteriores ao Golpe Civil-Militar, pois a intervenção feita pelos militares em 1964 em nada se assemelhava as feitas anteriormente, pois: “não bastava ao Exército tomar o poder e rapidamente entrega-lo novamente aos civis, depois de instauradas as medidas de contenção das forças sociais de esquerda” (WASSERMAN, 2004, p.39), era necessário um processo de transformação lento e gradual da economia, colocar o país nos eixos.

A pesquisa também ajudou a desmistificar a ideia de que a implementação da Ditadura tenha sido algo exclusivamente militar, pois sem o apoio da sociedade e em particular da Igreja Católica – como influenciadora da população – a instauração do Regime não teria sido possível. Por isso é preciso reafirmar aqui a opção por tratar do ingresso dos militares no poder como um Golpe Civil-Militar, pois sem convencer a população de que esse seria o melhor para todos, os militares não teriam chegado ao poder.

Revelou ainda o quanto essas instituições podem ser heterogêneas, pois encontramos tanto no Exército quanto na Igreja pessoas que eram favoráveis as propostas de governo do Presidente João Goulart sem, contudo, serem comunistas e ao mesmo tempo pessoas que eram favoráveis a saída do presidente em cada uma das instituições. E por fim, vimos a ruptura entre as duas instituições durante o regime com a promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5).

Assim sendo, esta pesquisa nos ajudou a entender melhor como se deram as relações entre a Igreja e as Forças Armadas durante Ditadura Militar, utilizando para isso além da

historiografia as “fontes vivas” como denomina Thompson, revelando o caráter bidirecional das fontes vivas. Em outras palavras, isso quer dizer que os entrevistados além de nos ensinarem, podem através de suas próprias narrativas repensar suas histórias de vida e conseqüentemente suas ações dali em diante, podemos dizer assim que existe uma grande possibilidade de uma consciência histórica ser formada no indivíduo, tornando-o mais crítico e atento aos acontecimentos que o cercam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Marcio Moreira. *Igreja e a política no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1979.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a revolução*. Companhia das Letras. São Paulo, 2011.
- AGNELO, Victor. *Ditadura militar; esquerda armada e memória social no Brasil*. Resumo da tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos em maio de 2011. Congresso XI BRASA, Universidade de Vila Velha, 2012.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-militar-do-brasil/pagina/7/texto>
- BIANCHEZZI, Clarice. *Memória e Narrativa: por uma identidade religiosa-militante*. Editora Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2009.
- BELLOTTI, Karina K., VALÉRIO, Mairon Escorsi (org.). *Igreja Católica, política e moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*. Revista Aulas. Dossiê de Religião. Nº 4 – abril de 2007/ julho de 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_21.pdf
- BRUNEAU, T. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974.
- RIBEIRO, Núbia Braga. *Os silêncios e tantas histórias*. Cadernos de História. 1. História – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Vol. 6. Belo Horizonte, 2001.
- CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. *A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade*. Universidade Federal do Goiás – UFG. Goiânia, 2011. Disponível em: http://anais.cienciassociais.ufg.br/uploads/253/original_Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf
- COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina*. Editora Contexto. São Paulo, 2001.
- CONTREIRAS, Hélio. *AI-5 – A opressão no Brasil*. Editora Record. Rio de Janeiro, 2005.
- CONDINI, Martinho. *Dom Hélder Câmara: Modelo de esperança na caminhada para a paz e justiça social*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-02-07T13:14:52Z-2642/Publico/Martinho%20Condini.pdf
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio A., CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: A memória militar de 1964*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1994.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1986.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral – memória, tempo, identidades*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2010.

FARIA, Nielsen Ferreira. *O Milagre Econômico no Brasil*. Monografia apresentada para conclusão do curso de Pós-graduação “Lato Sensu” em Finanças e Gestão Corporativa. Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, O Brasil Republicano, vol. 3. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, O Brasil Republicano, vol. 4. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª Ed. Editora: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, Silene de Moraes. *Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de tecnocratas no pós-1964*. Editora Gramma. Rio de Janeiro, 2011.

GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas Golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto do IPES (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1364.pdf>

JUNGES, Adriana. *Batismo de Sangue: As representações do período ditatorial no Brasil na década de 60*. Trabalho final de graduação do curso de Comunicação Social para habilitação em Jornalismo. Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Rio Grande do Sul, 2011.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Denise Rollemberg. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974.” Editora UERJ. Rio de Janeiro, 2006, p. 141-152. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_ditadura_civil_militar_em_tempo_de_radicalizacao_e_babarie.pdf

MIRANDA, Danilo Santos de (org.). *Memória e cultura: a importância na formação cultural humana*. Edições SESC-SP. São Paulo, 2007.

MORAES, Maria Blassioli. *Igreja Católica e Estado. Leigos e Sacerdotes diante do golpe de 1964*. Texto integrante dos *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XXVIII/Maria%20Blassioli%20Moraes.pdf>

PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara, 100 anos*. Revista Espaço Acadêmico nº 93 mensal/fevereiro, 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/093/93/praxedes.htm>

PRYORE, Mary Del. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Topoi, 2009.

RAMOS, Alcides Freire, COSTA, Cléria Botelho e PATRIOTA, Rosângela (organizadores). *Temas de história cultural*. Editora Hucitec. São Paulo, 2012.

ROCHA, Dom Geraldo Lyrio. *Dom Helder Câmara – Profeta da justiça e Mensageiro da esperança*. Revista do Departamento de Teologia da PUC-Rio, Atualidade Teológica Ano XIII n° 31, jan/abr, 2009. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/18332/18332.PDFXXvmi=mjOzl49z0Eg0mHAaovvxUmweShexqa8OtXnQ2xq2cH3ApDLOahn5FVkdz7FJgteeS6gqwjEenfF11tbjShZPCx3cFJVWebb7hszPNd5btKcufoO8GOXjm2v3Ls10Ed8WGHMuVRGpCTURjK10z0kW3Q1Oj2PZfXWWFJrBC82f3W8mIanhaIfdAg3TiSTzRQvxBZae7ctbaDxSNVaZFqdfHga1a5A3V7Bx6LMeZgp9UZ2IUdHBEVQlc2nn7Xq363C>

ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha (org.). *A construção social dos regimes autoritários: África e Ásia*. vol. 3. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Edivaldo Antonio dos. *Os dominicanos no Goiás e no Tocantins (1881-1930) – Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil*. Goiânia, 1996. Disponível em: http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_SANTOS__Edivaldo__Antonio_dos__1996.pdf

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, torturas e justiça social na ditadura*. Companhia da Letras. São Paulo, 2001.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1975. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/33.pdf>

SIQUEIRA, José Eduardo de. *Irreflexão e a banalidade do mal no pensamento de Hannah Arendt*. Revista BIOETHIKOS - Centro Universitário São Camilo – 2011. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A5.pdf>

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

SOUZA, Eneida Maria de. *A biografia, um bem de arquivo*. Alea: Estudos Neolatinos. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2008. Disponível: <http://www.redalyc.org/pdf/330/33015778008.pdf>

SOUZA, Prof. Dr. Pe. Ney de. *Ação católica, Militância leiga no brasil: Méritos e limites*. Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun, 2006. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15033/11226>

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1992.

WASSERMAN, Cláudia, GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (org.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2004.

<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 06 de dezembro às 19:24.

<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=32>. Acesso em: 07 de dezembro às 15:04.